

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Gabriela Medeiros Cavalcanti da Silva

MULHER E DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Recife
2015

GABRIELA MEDEIROS CAVALCANTI DA SILVA

MULHER E DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Miranda
Poza

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB-4/1204

S586m Silva, Gabriela Medeiros Cavalcanti da
Mulher e definição lexicográfica / Gabriela Medeiros Cavalcanti da
Silva. – Recife, 2015.
95f.: il.

Orientador: José Alberto Miranda Poza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras,
2015.

Inclui referências.

1. Dicionário. 2. Ideologia. 3. Léxico. 4. Mulher. I. Miranda Poza, José
Alberto (Orientador). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2017-260)

GABRIELA MEDEIROS CAVALCANTI DA SILVA

Mulher e Definição Lexicográfica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA em 26/2/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza
Orientador – LETRAS - UFPE

Profª. Drª. Nelly Medeiros de Carvalho
LETRAS - UFPE

Profª. Drª. Maria Margarete Fernandes de Souza
LETRAS VERNÁCULAS - UFPE

Recife
2017

À vovó.

AGRADECIMENTOS

À minha avó e à minha mãe, pelo amor, apoio e paciência incondicionais. Por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e por velarem por mim, sempre e absolutamente. Obrigada por exatamente tudo!

Ao meu orientador José Alberto Miranda Poza, pela presteza, paciência, empenho e carinho. Pelos anos de aprendizado, desde a graduação, e pelas orientações e conversas sempre muito construtivas. Obrigada pela confiança e pelo apoio de sempre.

À Nelly Carvalho, pelos anos de confiança, amizade e consideração. Pelas horas de conversas, pelo carinho, pelos ensinamentos e por me fazer ver as coisas sempre do jeito mais simples.

À professora Margarete Fernandes, pela atenção, disponibilidade, gentileza e pela participação na banca examinadora.

À Mizael Nascimento, por ter sido, sempre, inspiração e espelho para mim. Obrigada pelos conselhos, pelo carinho e pelos anos de amizade. Todo o meu amor, admiração e respeito.

À Rosário Sá Barreto, pelo cuidado, carinho e conversas tão construtivas.

Aos professores Marlos Pessoa, Livia Suassuna, Medianeira Souza, Stella Teles e Alfredo Cordiviola, pelo aprendizado, conhecimento e doçura que trazem ao universo acadêmico.

À tio Ezio, pelo amor e zelo constante.

À Rafael Tavares, por ser meu companheiro de “desventuras” em série, pelos ouvidos e olhos atentos e pelos risos, sempre tão importantes para mim.

À Julianna Rodrigues, pela força, ajudas incontáveis, incentivo e por sempre acreditar em mim.

Aos amigos tão importantes e sempre presentes em minha vida: Tuxo, Brunildes, Dioguênis, Elton, Top, Mari, Mutchá, Bella, Chico, Bia e Lila. Obrigada pela torcida e por fazerem algo ter sentido em minha vida.

Aos companheiros da Pós, com os quais pude compartilhar risos e conhecimentos sempre tão fundamentais em meio às angústias e preocupações: Cleiton Fernandes (*in memoriam*), Felipe Nascimento, Rebeca Fernandes, Sirleidy Lima e Vinícius Nicéas.

Aos funcionários da Biblioteca Joaquim Cardozo, pelas gentilezas e atenção.

À CAPES, por fomentar a minha pesquisa.

Às forças superiores que jamais se esqueceram de mim e jamais me abandonaram.

*A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como
ouro falso; a palavra foi feita para dizer.*

Graciliano Ramos

RESUMO

Na consideração da língua como um elemento que estabiliza representações simbólicas, perpetuando preconceitos, estereótipos, ideologias etc., ela é sempre carregada de cultura em todos os níveis linguísticos embora seja no léxico que encontremos a maior carga cultural. Dentre as disciplinas que se ocupam de modo científico e sistemático com o léxico, nos focaremos em duas: a lexicologia e a lexicografia. Esta se caracteriza basicamente por buscar desenvolver métodos e técnicas para a produção de dicionários enquanto aquela procura identificar e descrever as unidades lexicais de uma língua. Com esta pesquisa nos propomos a uma análise de como o funcionamento lexical e a produção de dicionários estão ligados com os processos históricos de significação de uma palavra. A partir disso, quisemos ver como a mulher é representada nos dicionários e, conseqüentemente, na língua, por meio da observação de verbetes ligados a profissões. Para atender nossos objetivos, utilizamos as contribuições de Biderman (1984, 1998, 2001), Rey-Debove (1984), Lorente (2004) e Lara (2004), para o estudo do léxico e da lexicografia; e de Fiorin (1997), Carvalho (2001) e Fairclough (2001), para a compreensão do funcionamento da ideologia na língua, além de outros autores que serviram como suporte teórico da nossa pesquisa. Na análise, utilizamos quatro dicionários do português brasileiro (Aurélio e Houaiss), sendo dois do século XX (edições de 1986 e 1997) e dois do século XXI (edições de 2009 e 2010) e selecionamos sete palavras, totalizando um *corpus* com 28 verbetes, para observar se há diferenças no que cerne à definição dos verbetes relacionados à mulher.

Palavras-chave: Dicionário. Ideologia. Léxico. Mulher.

RESUMEN

Partiendo de la consideración de la lengua como un elemento que estabiliza representaciones simbólicas, perpetuando prejuicios, estereotipos, ideologías, etc., esta siempre se encuentra cargada de cultura en todos sus niveles lingüísticos, y es en el léxico donde encontramos la mayor carga cultural. Entre las disciplinas que se ocupan de modo científico y sistemático del léxico, nuestro foco se va a centrar en dos de ellas: la lexicología y la lexicografía. Esta última se caracteriza básicamente por la búsqueda en desarrollar métodos y técnicas para la producción de diccionarios, mientras que la primera se dedica a identificar y describir las unidades lexicales de una lengua. Con esta investigación nos proponemos a hacer un análisis de cómo el funcionamiento lexical y la producción de diccionarios están relacionados con los procesos históricos de significación de una palabra. Partiendo de este hecho, queremos ver cómo la mujer aparece representada en los diccionarios y, como consecuencia, en la lengua, a través de la observación de las entradas relacionadas con las profesiones. Para cumplir nuestros objetivos, nos basamos en las contribuciones de Biderman (1984, 1998, 2001), Rey-Debove (1984), Lorente (2004) y Lara (2004), para el estudio del léxico y de la lexicografía; y en Fiorin (1997), Carvalho (2001) y Fairclough (2001), para la comprensión del funcionamiento de la ideología en la lengua, además de otros teóricos que sirvan de apoyo en nuestro trabajo. En el análisis, utilizamos cuatro diccionarios del portugués de Brasil (Aurélio y Houaiss), dos del siglo XX (ediciones de 1986 y 1997) y dos del siglo XXI (ediciones de 2009 y 2010), y seleccionamos siete palabras, construyendo un *corpus* con 28 verbetes para observar si hay diferencias en lo que se refiere a la definición de las entradas relacionadas con la mujer.

Palabras clave: Diccionario. Ideología. Léxico. Mujer.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	A TRADIÇÃO LEXICOGRÁFICA E O DICIONÁRIO.....	17
1.1.1	Lexicografia da língua portuguesa.....	24
1.1.2	Tipologia dos dicionários.....	29
2	LEXICOLOGIA.....	35
2.1	O LÉXICO.....	37
2.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PALAVRA.....	42
2.3	O GÊNERO VERBETE.....	47
3	IDEOLOGIA NA LÍNGUA.....	53
3.1	LÍNGUA, SOCIEDADE E REPRESENTAÇÃO DO MUNDO.....	53
3.2	A MULHER E A LÍNGUA.....	58
4	ANÁLISE.....	64
4.1	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	65
4.2	OS DICIONÁRIOS UTILIZADOS.....	67
4.3	ANÁLISE DOS VERBETES.....	68
4.3.1	Os verbetes no Koogan-Houaiss e no Houaiss.....	70
4.3.1.1	Arrumadeira	70
4.3.1.2	Babá	71
4.3.1.3	Camareira	72
4.3.1.4	Empregada	74
4.3.1.5	Governanta	75
4.3.1.6	Lavadeira	76
4.3.1.7	Passadeira	77
4.3.2	Os verbetes no Aurélio (1986) e no Aurélio (2010)	78
4.3.2.1	Arrumadeira	78
4.3.2.2	Babá	79
4.3.2.3	Camareira	80
4.3.2.4	Empregada	81

4.3.2.5	Governanta.....	82
4.3.2.6	Lavadeira.....	83
4.3.2.7	Passadeira.....	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

Desde 1916, com a publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand Saussure, temos observado que o conceito de língua vem sendo sempre repensado, reformulado e amplamente discutido. Os conceitos trazidos pela tradição estruturalista até meados dos anos sessenta foram, sem dúvidas, importantíssimos para o desenvolvimento dos estudos linguísticos pelo mundo. Aprendemos com o linguista genebrino que para fazer um estudo histórico da língua não devemos fazê-lo de forma desorganizada ou apenas intuitiva. É necessário que estabeleçamos algumas regras e métodos que nos facilitem a compreensão e entendimento do nosso objeto de estudo, além de sistematizá-lo, caracterizando o nosso campo de estudo como científico. A Linguística, portanto, constituiu-se como ciência a partir da contribuição dos estudos de Saussure, estando essencialmente ligada, desde a famosa dicotomia de seu precursor, ao estudo do código, do sistema, da língua, não dando muita ênfase à *fala*, que por muito tempo só foi utilizada como amostra ou *corpus*, isto é, caminho pelo qual se chegava à *língua*.

É a partir da segunda metade do século XX, no entanto, que tais estudos passam por uma grande reformulação, trazendo, para a teorização do objeto da Linguística, a exterioridade como “categoria” muito importante para a continuidade de tais estudos. Não podemos negar que as formações discursivas fazem parte integrante da instância da ideologia. O discurso, então, estaria ultrapassando o nível linguístico para dar vazão ao extralinguístico. Isto não quer dizer, no entanto, que uma abordagem do extralinguístico exclua a análise do linguístico. Trabalhar no nível discursivo, muito pelo contrário, significa operar com o gramatical, o formal (aspectos sintáticos, fonológicos, lexicais etc.), e com o extralinguístico.

Em uma análise discursiva, por exemplo, não devemos ignorar o nível linguístico, o que seria transformar a análise do discurso em uma sociologia do discurso; devemos, sim, trazer para uma análise elementos extralinguísticos que contribuam para o entendimento e estudo do que se pretende. Percebemos, assim, que essa nova perspectiva não considera suficientes as ideias formuladas pela tradição estruturalista para a compreensão da língua em sua essência, trazendo, portanto, novas abordagens.

Podemos considerar a língua como um elemento que estabiliza representações simbólicas, perpetuando estereótipos, preconceitos, ideologias etc. Dessa forma, a língua é sempre carregada de cultura em todos os níveis linguísticos (morfológico, sintático, fonológico etc.) embora seja no vocabulário que encontremos a maior carga cultural. Uma palavra passa a ser parte da língua a partir do instante em que ela consegue exprimir os valores de um determinado grupo social, satisfazendo sua necessidade de comunicação.

Devemos admitir, portanto, que as palavras do léxico são indispensáveis à realização da interação comunicativa. Elas são as responsáveis pela possibilidade de contato entre dois ou mais universos individuais, pois representam um conteúdo extralinguístico partilhado, mesmo sendo marcado cronológica e culturalmente. Embora as significações de uma palavra advenham dos seus usos passados, elas mudam e se adaptam aos novos fatos de forma contínua, diferentemente do que pensam seus falantes, que geralmente não percebem tal fenômeno e acreditam que a língua é uma realidade estática.

Podemos afirmar que nenhuma pessoa conhece totalmente e perfeitamente uma língua. Para que isso fosse possível, o falante teria que conhecer, no mínimo, todas as palavras que compõem o léxico total da língua – o que não acontece, visto que o que pode ocorrer é a maioria das pessoas saber distinguir se uma frase ou palavra faz parte ou não de sua língua. O que temos, na verdade, são falantes que sempre se deparam ao longo de suas vidas com palavras desconhecidas; possibilitando, assim, que o seu vocabulário possa estar eternamente em expansão. Nem mesmo os especialistas em línguas, e incluímos aqui os lexicógrafos e lexicólogos, são capazes de aprender (ou decorar) todo o arsenal linguístico de seu idioma.

Cada um de nós, no entanto, tem um vocabulário único, próprio, seja essa característica idiossincrática pela quantidade de palavras conhecidas, seja pelo tipo dessas palavras. Estudiosos como Rey-Debove (1984) chegam a afirmar que há dois tipos de vocabulários que um falante possui: o vocabulário ativo e o vocabulário passivo. O primeiro seria aquele que já se tem o costume de empregar e o segundo seria aquele que compreendemos quando é empregado por outras pessoas, não sendo necessário no nosso vocabulário ativo.

Sabemos que o substantivo é um dos elementos da língua mais diretamente ligado ao mundo exterior, trazendo, no geral, as denominações dos seres, estados das coisas,

qualidades e ações para os falantes. Geralmente, é primeiro por ele que se pode modificar o estado de uma língua; um exemplo disso é a nossa necessidade básica de nomear as coisas novas que surgem no mundo. Sendo assim, parece-nos que o substantivo é a classe de palavras cujo conteúdo ideológico parece estar mais evidente. É por isso que escolhemos essa classe para nos servir de *corpus* do nosso trabalho. Focamos o campo semântico das profissões, buscando selecionar funções cujas atividades estão mais voltadas para o cuidado com o outro ou com o lar para analisar como se dão as representações femininas a partir delas.

Dentre as disciplinas que se ocupam de maneira científica e sistemática com o léxico, vamos nos focar em duas: a lexicografia e a lexicologia. Ao mesmo tempo em que estas duas disciplinas apresentam diferenças, elas apresentam também pontos em comum. A primeira, de maneira geral, busca desenvolver métodos e técnicas para a produção de dicionários e a segunda busca identificar e descrever as unidades lexicais de uma língua.

Com este trabalho nos propomos a uma análise de como o funcionamento lexical e a produção de dicionários estão ligados com os processos históricos de significação de uma palavra. É a partir desse processo que queremos observar como a mulher é representada nos dicionários e, conseqüentemente, na língua, fazendo com que conheçamos visões de mundo a respeito da mulher, além de entender como preconceitos e conceitos estigmatizados são perpetuados num dos instrumentos linguísticos mais antigos de que temos conhecimento.

Dessa forma, para cumprir nossos objetivos, dividimos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro (**A tradição lexicográfica e o dicionário**), buscamos conceituar a lexicografia e fazer uma explanação sobre a tradição lexicográfica, procurando apresentar como tal tradição foi iniciada e quais foram suas primeiras intenções após seu surgimento. Além disso, discutimos sobre a existência de várias obras lexicográficas, principalmente a do dicionário, dando ênfase à sua função e às suas características. Também tratamos sobre a lexicografia da língua portuguesa, trazendo informações importantes como o seu nascimento, primeiros dicionários, fazendo um apanhado histórico das obras da nossa língua, passando primeiramente pelo português de Portugal até a publicação de dicionários do português brasileiro. Depois disso, apontando algumas de suas características, discorreremos a respeito das tipologias dos dicionários, passando desde o dicionário padrão da língua até, por exemplo, o de tecnicismos.

Nosso objetivo, no segundo capítulo (**Lexicologia**), foi trazer uma ideia do que se entende, hoje, por lexicologia e discutir sobre o que entendemos por léxico, trazendo alguns conceitos teóricos de Biderman (1981, 1998, 2001), Rey-Debove (1984), entre outros, a respeito do assunto. Buscaremos discutir, também, um pouco a respeito da dificuldade de conceituação da palavra, uma vez que ela é um dos elementos que nos revela as mudanças e atualizações do léxico de uma língua, além de tecer alguns comentários acerca do gênero verbete.

Quanto ao terceiro capítulo (**Ideologia na língua**), realizamos uma breve discussão sobre o que entendemos por ideologia. Como base teórica, neste capítulo, utilizamos pressupostos e reflexões de Fiorin (1997) e algumas ideias sobre o funcionamento da ideologia na língua de teóricos como Fairclough (2001), por exemplo, apontando a sua relação com as mudanças sociais. Também discutimos brevemente neste capítulo a respeito da mulher, do seu papel social, das suas representações na sociedade, da sua imagem e da forte presença do machismo na nossa cultura, o que implica uma determinada visão e categorização de mundo.

Por fim, no nosso último capítulo (**Análise**), para a realização do estudo proposto, passamos para as análises dos verbetes selecionados nos dicionários. Utilizamos quatro dicionários do português do Brasil (Aurélio e Houaiss) para fazer a análise e estudo comparativo do significado das profissões escolhidas, sendo dois do século XX e dois do século XXI. Primeiramente, analisamos os verbetes dos dicionários Houaiss, comparando as definições mais antigas com as definições mais recentes e, posteriormente, passamos para a análise dos dicionários Aurélio, operando da mesma maneira.

Acreditamos que a determinação ideológica está também presente no componente semântico das palavras. Sendo assim, cabe-nos observar e analisar justamente os significados que se encontram nos verbetes que selecionamos a fim de que consigamos encontrar as visões de mundo sobre a mulher presentes no dicionário, fazendo um estudo comparativo, observando (se há) diferenças de uma época para outra, mesmo num produto que vende a ideia de neutralidade.

Assim, o que queremos com este trabalho é analisar como a linguagem usada no dicionário veicula a ideologia, a partir da observação de alguns de seus verbetes. Buscaremos ver se há diferenças, no que cerne à concepção dos verbetes relacionados à

mulher, entre o mesmo dicionário produzido no século XX (Koogan-Houaiss, 1997; Aurélio, 1986) e o produzido no século XXI (Houaiss, 2009; Aurélio, 2010) – o que muda, o que fica, as nuances das mudanças etc. E procuraremos entender o que motivaram, e o que motivam, estas mudanças nos significados presentes nestes verbetes.

1.1 A TRADIÇÃO LEXICOGRÁFICA E O DICIONÁRIO

*(...) Diccionario, no eres
tumba, sepulcro, féretro,
túmulo, mausoleo,
sino preservación,
fuego escondido,
plantación de rubíes,
perpetuidad viviente
de la esencia,
granero del idioma.*

Pablo Neruda

A necessidade de nomeação das coisas do mundo se deve à facilidade de identificá-las e perpetuá-las ao longo do tempo. Nomeia-se a realidade para que, na posteridade, outros possam conhecê-la. A partir daí, a invenção da escrita segue o mesmo caminho. Hoje percebemos que, antigamente, a escrita era vista como uma forma pessoal de imortalidade: é a ideia de que “os que virão terão notícias sobre nós e o mundo em que vivemos” – a preocupação e vontade de ir além-tempo. É esse, portanto, o desejo das civilizações que desenvolveram a escrita. Não por acaso que temos em nossa sociedade os “imortais” das Academias de Letras. Por terem escrito livros/textos, serão imortalizados, uma vez que teremos, mesmo depois de suas mortes, “notícias” deles. Eles e suas obras serão perpetuados, passados de geração a geração, por meio da escrita. Sabemos, no entanto, que a maioria das línguas do mundo não tem escrita. Tais civilizações não sentiram a necessidade de repassar sua cultura, história e costumes através de uma grafia.

Não existe uma universalidade na escrita, pois cada sociedade buscou ir aperfeiçoando seus signos de acordo com suas necessidades. Muitas culturas, no entanto, por questões de proximidade, acabaram usando os mesmos signos (português, espanhol, francês, italiano etc.). Lembremos, no entanto, que a letra/alfabeto não é a única representação gráfica que existe; há outros signos como a interrogação, a exclamação, o ponto final, as reticências, o travessão, as aspas etc. – são as denominadas convenções.

É importante lembrar que antigamente, para a dominação linguística, havia guerra. Uma civilização entrava em confronto com outra e, a partir da derrota de uma das envolvidas, dava-se início à invasão territorial. Invadido um território, cultura, costumes e, principalmente, a língua eram impostos ao povo dominado. Temos, como exemplo de

nossa realidade, a colonização portuguesa no Brasil e o processo de catequização do povo indígena – que era obrigado a aprender a língua daqueles que estavam chegando. A ação linguística, portanto, era muito forte. Nos dias de hoje, podemos dizer que tal ação se dá de maneira diferente e até mais velada. Em nossas próprias casas, através das novas tecnologias e da internet, somos bombardeados pelo inglês (língua em que a maioria das tecnologias é desenvolvida) e pelas mais variadas línguas. Temos, com isso, a ocorrência de casos como os estrangeirismos e empréstimos linguísticos.

Na Antiguidade grega, durante a atividade docente, voltada para a elite da época, aparecia nos finais dos textos uma espécie de glossário, que continha uma pequena explicação a respeito de trechos ou palavras do próprio texto que podiam causar confusão/estranhamento no aprendiz. Temos, aí, os embriões da filologia e da lexicografia, que futuramente se desenvolverão. Assim que o homem renascentista começou a buscar a ampliação de seus horizontes intelectuais e culturais, na tentativa de deixar para trás a sua reclusão medieval, ele sentiu a necessidade de aprender outras línguas (principalmente as línguas europeias mais conhecidas durante o século XVI) com o intuito de se abrir para um novo pensar que se iniciava, além de estar preparado para as trocas mercadológicas e para o florescer cultural e científico da época.

É somente aí, portanto, que a lexicografia vem realmente nascer (no século XVI) por causa dos contatos internacionais decorridos com a descoberta dos “novos mundos” e da invenção da imprensa (e sua consequente popularização na Europa) que contribuiu fortemente para o início da produção de dicionários durante este século, embora tenha tido certo desenvolvimento na Idade Média – época esta em que, com a tradição da Igreja, os copistas tinham a função de reproduzir textos para que pudesse existir mais de um “exemplar” de um texto/livro. A intenção, aqui, era a expansão do conhecimento e a transmissão textual. As cópias, no entanto, podiam, muitas vezes, não ser fiéis ao texto original já que os copistas, pelo fato de ninguém ter acesso àquelas produções, podiam adaptá-las de acordo com a sua ideologia e concepção de mundo.

Na Europa, temos como exemplos da formação e do desenvolvimento da lexicografia alguns dicionários espanhóis como o *Universal Vocabulario* (1490), de Alonso de Palencia, e os vocabulários *Latino Español* (1492) e *Español Latino* (1495), de Antonio de Nebrija. No que se refere à lexicografia monolíngue, que teve seu desenvolvimento durante o século XVII, temos como referência alguns dicionários

franceses: *Richelet* (1680), *Furetière* (1690) e o dicionário da Academia Francesa (1694) (BIDERMAN, 1984, p. 2). É importante dizer que os dicionários seiscentistas estavam com muitas lacunas e, além disso, era comum copiar-se um ao outro àquela época.

Com o advento do século XX, as cooperações internacionais se estreitaram, contribuindo para um maior desenvolvimento da lexicografia e para o surgimento da terminologia, disciplina esta até então nova, que se especializou no estudo científico das noções e termos usados nas línguas de especialidades. Durante este século, houve na lexicografia francesa, assim como nas lexicografias espanhola, italiana, luso-brasileira, alemã etc., um considerável desenvolvimento na quantidade e variedade de dicionários e enciclopédias, fazendo com que tais obras se tornassem uma necessidade para a população no geral. Foi possível, durante tal século, acompanhar a transição de estatuto da lexicografia, que deixou o antigo título de “arte de fazer dicionários” para ser admitida como a “ciência” dos dicionários.

Embora saibamos que antigamente a lexicografia era uma aplicação linguística, passamos a defini-la, agora, como uma disciplina estreitamente ligada à lexicologia, alicerçando-se na ciência da palavra. Sua ocupação abrange a descrição do léxico de uma ou mais línguas com o objetivo de criar obras de referência, sendo o dicionário a obra de referência mais comum. Tal disciplina é ainda tradicionalmente considerada como a “vertente aplicada da lexicologia” (LORENTE, 2004, p. 29), ainda que, já nos últimos anos, tenha se colocado como uma disciplina autônoma, além de uma disciplina linguística de caráter científico que abrange tanto aspectos teóricos quanto aspectos práticos da elaboração de um dicionário.

Outros teóricos, como Welker (2011, p. 30) , no entanto, afirmam que o termo “lexicografia” se refere a duas atividades diferentes: a lexicografia teórica e a lexicografia prática. Esta última se caracteriza por ter como atividade principal a elaboração de dicionários; já a lexicografia teórica, também denominada de metalexicografia, busca estudar tudo o que diz respeito a dicionários.

Não nos esqueçamos, no entanto, de que a lexicografia surgiu como uma necessidade social, e também informativa, bastante tempo antes de a linguística se constituir como ciência (LORENTE, 2004). Ela não nasceu como resultado de uma organização intelectual dos dicionários, mas sim como uma tradição textual.

O lexicógrafo, ao produzir uma obra, tem a função primária de descrever o léxico de uma língua, seguindo regras formais e específicas para a sua elaboração. Como objeto de seu discurso, o lexicógrafo traz para sua obra o que se fala sobre a língua e/ou sobre a cultura. Dessa forma, ele some no anonimato, confundindo-se com a comunidade que ele representa, podendo, assim, ser considerado como uma ponte entre a sociedade e os seus leitores.

Se o lexicógrafo se ocupa do léxico, então ele terá de ocupar-se do léxico em circulação: para montar seu dicionário, terá que levantar primeiro as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico. Isso quer dizer que o lexicógrafo precisa, em primeiro lugar, conhecer bem as técnicas de análise de línguas, seja no nível fonomórfico, seja no nível sintático-semântico. (BORBA, 2011, p. 17)

Hoje, no mundo ocidental, há uma prática lexicográfica que, de maneira geral, considera os itens lexicais de maneira isolada, isto é, não busca apresentar a ocorrência do significado de uma palavra nos variados contextos. Sendo assim, não é raro perceber, também nessa prática lexicográfica, a ideia de que um lexema possui uma significação nuclear, o que a caracteriza como uma velha prática que até hoje perpetua um modelo fechado de obras lexicográficas. Tais obras lexicográficas, em especial os dicionários, são concebidas pela sociedade em geral como um instrumento de consulta, pois, via de regra, utilizamos o dicionário por duas razões: para consultar a ortografia de uma palavra, ou seja, o uso adequado do léxico e/ou para consultar o seu significado. Há também uma terceira razão, embora menos usual, que é a consulta para o conhecimento dos possíveis usos de uma palavra.

Os exemplos que porventura aparecem nas definições dos dicionários cumprem a função de mostrar a palavra definida em funcionamento e, também, é uma forma de “provar” o que foi afirmado anteriormente na definição. Sendo assim, o exemplo se torna um elemento importante na definição, mas não necessariamente essencial, uma vez que em muitos casos a definição por si só já ajuda/satisfaz o consulente. Para Alves (2011), os exemplos são importantes e cumprem algumas funções:

(...) enfatizamos os aspectos pragmáticos, que mostram a unidade lexical em uso; os de caráter morfossintático, que podem informar sobre as flexões e a sintaxe que envolvem

essa unidade; e, complementarmente, os aspectos culturais e enciclopédicos relativos à unidade lexical. (ALVES, 2011, p. 46)

Os exemplos, então, precisam cumprir o papel de oferecer, àquele que está consultando o dicionário, uma situação “concreta” de uso da palavra, ajudando no entendimento das definições da entrada.

Não podemos nos esquecer do fato de que o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua, ou seja, em função da língua escrita, considerada “cult”. Isto não impede, no entanto, que haja na obra registros de usos coloquiais, populares, dialetais etc. Esse fato pode depender, entretanto, da tipologia do dicionário, uma vez que existem aqueles que fazem outros tipos de registros tais quais os dicionários de gírias ou os dicionários de regionalismos, por exemplo.

(...) a língua é uma questão de identidade nacional e o dicionário de língua consiste na única obra que sistematiza e legitima o léxico de um idioma, funcionando como uma espécie de cartório de palavras, e ainda como instrumento de autoridade que fixa padrões linguísticos. (KRIEGER, 2011, p. 134)

De acordo com Lara (2004, p. 134), o paradigma linguístico prevalecente costuma desprezar o dicionário por três de suas características constitutivas: não representa uma descrição fiel de uma realidade linguística de uma determinada sociedade; apresenta um caráter normativo, implícito ou explícito, que modifica esta realidade e, por último, é uma obra de caráter utilitário e mercantil. São por estas razões que, para ele, há poucas considerações e análises sérias dos dicionários tanto no âmbito da semântica contemporânea quanto da pragmática e da teoria da linguagem. Acreditamos, a partir disso, que tal desprezo prejudica, até os dias atuais, o interesse e o avanço dos estudos e investigações de enfoque lexicográfico (tanto no Brasil quanto no exterior), representando uma perda significativa para os estudos linguísticos de descrição e análise de línguas, por exemplo. É importante salientar, com isso, que tal linha de pesquisa ainda hoje não possui muita força no Brasil, quando comparada a outras como a Análise do Discurso ou Linguística Aplicada, por exemplo. É necessário, portanto, um movimento contrário, que busque valorizar os trabalhos desenvolvidos nessa área. Percebemos, ainda segundo Lara

(2004), que só a partir das contribuições, na década de 1970, de autores como Rey-Debove, Bernard Quemada, Alain Rey etc. que o dicionário obteve uma atenção para além do método, sendo submetido aos questionamentos linguísticos.

Dessa maneira, lançando um olhar para o surgimento da lexicografia, vemos que as obras lexicográficas elaboradas na Antiguidade não tinham o sentido que têm hoje, sendo os glossários, principalmente aqueles feitos pela escola grega de Alexandria, os únicos trabalhos de cunho vagamente lexicográfico (BIDERMAN, 1984). Dentre as obras lexicográficas que conhecemos hoje, veremos que na maior parte delas haverá ou um trabalho onomasiológico, ou um trabalho semasiológico. Isto quer dizer que o ponto de partida de um é o *significado* (onomasiológico) e o ponto de partida do outro é o *significante* (semasiológico).

A onomasiologia se caracteriza por estar ligada aos campos das denominações enquanto que a semasiologia estaria relacionada com os campos das significações. Muitos autores afirmam que a onomasiologia corresponde pela sinonímia e a semasiologia se baseia na polissemia, estabelecendo ambas algumas estruturas. Assim, enquanto a semasiologia estaria preocupada com as mudanças de sentidos, a onomasiologia se preocuparia com a formação de novas palavras, por exemplo.

Dessa forma, vemos que na Lexicografia há um enfoque e trabalho metodológico voltados para a semasiologia, o que significa dizer que a Lexicografia trabalha com o significado dos itens lexicais; diferentemente da Lexicologia, cujo enfoque é o trabalho onomasiológico, isto é, voltado para o significante. Vemos, no entanto, que tanto há dicionários cuja estrutura se baseia no modelo onomasiológico (ou analógico) quanto dicionários que são estruturados no modelo semasiológico (ou alfabético), sendo este o mais comum que circula entre nós.

De maneira geral, toda obra lexicográfica é caracterizada por ser um conjunto de unidades dispostas em alguma ordem de fácil acesso, geralmente a ordem alfabética. O produto mais comum e mais ambicioso da lexicografia, no entanto, é o dicionário de língua cujo objetivo norteador é, majoritariamente, o domínio ativo da língua, caracterizando-o como uma obra total. Ele tem uma natureza metalinguística uma vez que resulta de uma enunciação sobre a linguagem e desempenha um importante papel na história das línguas,

sobretudo como instrumento regulador “da manutenção e da mudança dos universos lexicais” (KRIEGER, 1995, p. 212).

Tomando “dicionário” no sentido mais genérico da palavra, concordamos com Lara (1996) quando afirma que:

(...) o dicionário materializa uma parte muito importante da memória social da língua, isto é, deixa ver como – quando uma comunidade linguística começa a reconhecer-se a si mesma em sua história e em sua pluralidade – ela procede a construir uma memória de suas experiências significativas, que certamente se guarda em textos e em relatos dos mais diversos tipos (...). (...) essa memória se converte em um dos meios principais para que haja condições de entendimento entre os membros da comunidade linguística, o que dá coesão às sociedades e protege sua cultura. (LARA, 1996 *apud* WELKER, 2011, p. 35)

Concordamos com tal citação, embora tenhamos consciência da impossibilidade de se registrar ou representar *toda* a memória coletiva de uma sociedade num dicionário, com exceção, talvez, dos dicionários históricos. Não à toa que, além dos dicionários gerais e padrões, existem outras tipologias, como veremos mais na frente, para que seja possível dar conta de registrar outros tipos de realidade que circulam entre nós, na sociedade.

Assim, o dicionário se torna uma ferramenta básica no processo de consolidação de uma língua escrita (e literária) e essencial para a fixação do léxico de uma língua. Além disso, para Lara (1992, p. 20), esta obra constitui “o resultado de uma infinidade de atos verbais que, na experiência social, desligaram-se de seus atores”; isso quer dizer que o dicionário, então, passou a fazer parte do patrimônio cultural da sociedade. Consideramos necessária, por isso, uma maior integração dessa obra ao cotidiano da sociedade, isto é, fazer com que seu uso seja comum, frequente e prazeroso.

Para Enerre (1998), os dicionários configuram-se como instrumentos centrais no processo de “*standardização*” que constitui um dos aspectos linguísticos mais amplos da “legitimação”, isto é, eles são capazes de afirmar (e têm autoridade para) se uma palavra, por exemplo, faz parte da língua, definir a sua ortografia e definir o seu significado para que ela seja reconhecida e aceita dentro de uma comunidade linguística. Eles são/estão diretamente relacionados com o que é considerado o *corpus* escrito de uma língua, “na

medida em que não só sancionaram a aceitação de itens lexicais já produzidos numa língua, mas também constituem a base de futuras aceitações” (ENERRE, 1998, p. 19). Lembremos, no entanto, que o dicionário descreve o léxico a partir de um modelo ideal de língua, mas isto não elimina a possibilidade do registro de “desvios” da norma padrão, tais quais as gírias, palavrões, usos dialetais etc. Inclusive, existe um tipo de dicionário que dá conta desses “desvios”.

Acreditamos, também, que os dicionários não só se limitam a tais definições, podendo ter um alcance mais amplo de seu significado para toda uma sociedade:

O dicionário como obra e como fenômeno verbal complexo, como depósito da memória social do léxico; como instrumento de informação para as diversas sociedades que o utilizam no espaço e no tempo; como instrumento de tradução e entendimento entre os falantes de duas ou mais línguas, quando se trata dos dicionários bi- e multilíngues; como horizonte normativo dos falantes de uma língua e de seus diferentes dialetos; como discurso culto, referido ao estado em que se encontra uma comunidade linguística particular, e situado em seu caráter político e cultural. O dicionário como fenômeno tanto verbal como simbólico. (LARA, 2004, p. 144)

Essa obra lexicográfica, portanto, foco aqui do nosso estudo, é uma produção múltipla que nos permite diversos enfoques e perspectivas de análise. É uma produção que não se esgota, além de ser um interessante objeto para observarmos os mecanismos linguísticos usados na sua confecção. Estaremos debruçados, no entanto, sobre os dicionários de língua portuguesa – passando pelas obras do português de Portugal até chegar às obras do nosso português brasileiro, obras estas que serão utilizadas no nosso trabalho.

1.1.1 Lexicografia da língua portuguesa

Podemos afirmar que a lexicografia da língua portuguesa nasceu basicamente do embate promovido pelos vocábulos bilíngues entre o latim e as línguas vulgares. É importante lembrar que os primeiros vocabulários da língua vulgar foram baseados nos

autores que “fundaram” a literatura italiana (Dante, Bocaccio e Petrarca), que foram considerados por tais dicionaristas como grande autoridade no que se refere à língua.

Biderman, sendo uma das críticas mais ferrenhas de dicionários no país, considera a lexicografia de língua portuguesa uma “antiga prática com pequena ciência” em que os dicionaristas não possuem grande conhecimento linguístico, sendo apenas grandes apaixonados “cultores da palavra e da língua”. Para a autora, este fato alimenta a reprodução de práticas centenárias sem que os próprios dicionaristas estejam alerta para criticar tais práticas ou adequá-las ao nível atual dos conhecimentos linguísticos (2001, p. 177).

Esse estancamento de que fala Biderman (2001) na lexicografia de língua portuguesa contribui para que incoerências e incorreções da tradição pregressa continuem a ser reproduzidas nos repertórios léxicos, correndo o risco, também, de preservar antigos critérios gráficos e definições hoje altamente discutíveis.

Dessa maneira, para Biderman (1984), a lexicografia da língua portuguesa, comparada à francesa, tem uma história mais pobre, visto que, além de ter sido iniciada mais tarde (a francesa desde o século XVII possui vários dicionários monolíngues), não possui um acervo tão grande de obras lexicográficas (enciclopédias e dicionários, por exemplo). Ao tratar das origens lexicográficas portuguesas, devemos dar destaque aos jesuítas, que se dedicaram com afinco na produção lexicográfica e nos manuais escolares dirigidos para a formação linguística.

No século XVIII, o *Vocabulario portuguez*, de Rafael Bluteau (1712-1721), inaugurou uma nova era na lexicografia portuguesa, pois foi construído por seu autor com base em 410 obras de 288 autores. Um caso curioso e que merece ser mencionado é o fato de Rafael Bluteau, embora de família francesa, ter nascido em Londres e, com trinta anos de idade, ter sido enviado a Portugal como clérigo teatino, tendo que aprender a língua portuguesa muito rapidamente para exercer a sua atividade oratória.

Para Biderman (1984, p. 4), um dos maiores méritos da obra de Bluteau é o fato de todos os autores portugueses que compuseram o *corpus* serem devidamente listados. É, portanto, considerado um dicionário muito raro, pois, além de ser bilíngue (português-latim), trazendo-nos informações sobre estas duas línguas, tem características

enciclopédicas, sendo reconhecido até hoje como uma das obras mais colossais da lexicografia portuguesa.

Uma enorme reflexão teórica que se apresenta nos textos introdutórios acompanha o *Vocabulario*, apresentando para nós, hoje, a prática lexical e o pensamento linguístico que se tinha àquela época. Tal obra foi de fundamental importância porque possibilitou a atualização do *corpus* lexical da língua portuguesa, passando a ser uma obra de referência obrigatória para a lexicografia subsequente.

Já no ano de 1789 houve a publicação do *Diccionario da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, que seguiu o modelo de Bluteau, isto é, baseou-se em diversas obras e autores para construir o seu dicionário. Muitos teóricos afirmam que esta primeira edição foi atribuída, pelo próprio autor, ao Pe. Bluteau, uma vez que no início do dicionário há o seguinte trecho: “(...) composto pelo Padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro” (BIDERMAN, 1984, p. 4). Já na segunda edição, em 1813, Moraes passa a considerá-lo como de sua autoria. Esta edição, por ser o primeiro dicionário de uso, é também considerada como um marco na lexicografia de língua portuguesa. Nela, o autor fez algumas alterações tais como a diminuição de termos da cultura antiga e a omissão de dados enciclopédicos, trazendo-nos a ideia de que um dicionário da língua não é necessariamente uma enciclopédia.

Sobre esta edição de seu dicionário, Moraes tece alguns comentários relevantes sobre o que ele desenvolveu e as modificações que precisou fazer:

Do que recolhi de minhas leituras fui suprindo as faltas, e diminuições, que nele achava; e quem tiver lido o Bluteau, e conferir com este meu trabalho, achará que não foi pouco o que ajuntei; e mais pudera acrescentar, se as minhas circunstâncias me não levassem forçado a outras aplicações mais frutuosas. Todavia não venderei ao público por grande o serviço que lhe fiz, basta que conheça, que lhe poupei a despesa de dez volumes raros; que lhe dou o bom que neles há, muito melhorado, por uma décima parte, ou pouco mais do seu custo, com a comodidade de não andar revolvendo tantos tomos; e isto é alguma coisa, enquanto não aparece uma outra melhor. (MORAIS SILVA *apud* BIDERMAN, 1984, p. 5)

Este dicionário, segundo críticos, é considerado muito bom para a sua época e, antes de tudo, é visto como o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa. Além de autores literários, Antonio de Moraes Silva procurou usar autores das mais diversas áreas do conhecimento (filosofia, artes, engenharia, astronomia, botânica, ciências sociais, química, política, filologia, física etc.). Biderman (1984) declara que um dos méritos desse dicionário é o fato de ele indicar o registro linguístico da palavra-entrada e muitas vezes indicar quando o termo é utilizado em determinada linguagem especializada. É, portanto, somente a partir da segunda metade do século XVIII que os primeiros dicionários modernos monolíngues portugueses começaram a surgir.

Passando para o século XIX, temos o *Grande Dicionario Portuguez* (1871-1874), de Frei Domingos Vieira, como um exemplo de grande obra de sua época, pois é considerado um dicionário bastante completo e informativo uma vez que os significados e usos linguísticos das entradas são ilustrados com citações de vários autores, além de haver a origem da palavra, expressões idiomáticas e frases em que o vocábulo pode aparecer (BIDERMANN, 1984). É visto por alguns críticos como a obra de mais volume, de mais trabalho original e com conteúdo mais especificamente linguístico no que se refere à lexicografia portuguesa do século XIX.

Também, no mesmo século, temos o *Aulete, Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1881), obra iniciada por Caldas Aulete e, após sua morte, concluída por Santo Valente e demais colaboradores.

No ano de 1899, é lançado o dicionário cuja pretensão era ser o repositório mais completo do léxico de língua portuguesa de todos os tempos: o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido Figueiredo. Esta obra se caracteriza por conter um grande acervo lexical e, sobretudo, de palavras “raras”.

Embora tenhamos conhecimento de dicionários como o *Dicionário brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa* (1853), de Costa Rubim; o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (1888), de Macedo Soares; e o *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889), de Beaurepaire Rohan (ORLANDI, 2013, p. 114), até então nenhum dicionário produzido para a descrição do léxico da língua portuguesa esteve preocupado em organizar e relatar, completamente e de fato, o português brasileiro, pois até o século XIX as grandes obras lexicográficas só estavam atentas em retratar o

português europeu. Assim, só no ano de 1938, o português brasileiro passou a contar com um dicionário que buscou registrar seu patrimônio lexical: o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (BIDERMAN, 2003).

Segundo Biderman (2003), este dicionário alcançou grande sucesso no Brasil, mas, durante a ditadura militar aqui instaurada, a editora que o publicava foi fechada, fazendo, consequentemente, com que sua produção fosse interrompida. Somente no século XX, no ano de 1975, que Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira publicou seu até agora famoso dicionário, acabando com a lacuna de anos que havia, isto é, um longo período de tempo sem termos um dicionário genuinamente nosso.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1975, foi baseado numa versão anterior, o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que teve sucessivas reedições. Com a ajuda de assistentes e colaboradores, Aurélio conseguiu aumentar sua obra consideravelmente, pretendendo elaborar um dicionário de tipo médio ou inframédio. Segundo Biderman (1984), tal dicionário se aproxima do tipo *thesaurus*, isto é, possui mais de cem mil verbetes.

(...) concluo que a recolha vocabular feita por mestre Aurélio para povoar o seu dicionário, levou-o a compor uma espécie de thesaurus do português, embora não exaustivo, pois não cobriu todas as épocas da história do português (considerando o século XVI como ponto de partida), nem todas as variantes linguísticas, nem tão pouco as terminologias técnicas e científicas na sua totalidade. (BIDERMAN, 1984, p. 8)

Consideramos imprescindível comentar que diferentemente do que acontece no Brasil, em alguns países da Europa, como a Espanha, por exemplo, há dicionários que estão sob a responsabilidade de suas academias de letras, ou seja, sob a responsabilidade de instituições tradicionais e de prestígio. Segundo Krieger (2011, p. 134), na Academia Brasileira de Letras (ABL) o propósito de se elaborar um dicionário do português do Brasil – apesar de Machado de Assis, seu fundador, ter determinado a sua elaboração nos estatutos – não se concretizou. Só depois de muito tempo que Antenor Nascentes elaborou o *Dicionário da língua portuguesa* (1961-1967), publicado sob a chancela da ABL; este dicionário não alcançou o prestígio e repercussão esperados e necessários para se tornar uma voz oficial no país.

Hoje, em pleno século XXI, há à nossa disposição numerosos dicionários do português brasileiro, dentre os quais podemos destacar o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), Dicionário Prático da Língua Portuguesa - Michaelis (2010), Dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008) e outros.

É importante salientar que nas culturas ocidentais os dicionários têm-se copiado uns aos outros, o que se configura como um problema, visto que erros e inadequações vão se perpetuando ao longo da história. Consideramos útil, portanto, uma minuciosa revisão dessas obras em que sejam observadas entradas e definições a fim de estar sempre atualizando verbetes quando necessário. A perpetuação de erros e inadequações só vem nos mostrar como o fazer lexicográfico ainda se acomoda no seu passado, não buscando a renovação, bastante necessária, das obras, uma vez que, como sabemos, a língua não é imóvel, estática, e se encontra em constante movimento, em dinamismo.

1.1.2 Tipologia dos dicionários

Começemos a observar, a partir de agora, um pouco a respeito de alguns tipos de dicionários que existem no fazer lexicográfico. Adentramos, aqui, na questão da tipologia dessas obras lexicográficas, que é muito variada. Muitas pessoas acreditam que quanto mais palavras um dicionário registra e quanto mais sentidos cada palavra dicionarizada tiver, melhor ele é. Esquecem, no entanto, que circulam na nossa sociedade os mais variados tipos de dicionários cujas especificidades os caracterizam.

Os dicionários podem ser reproduzidos em formato impresso e, ultimamente, com o forte advento das tecnologias, vem sendo bastante divulgado e vendido o dicionário em formato eletrônico. Podem variar de acordo com as finalidades, temáticas e números de verbete; além disso, o tamanho físico, a existência ou não de ilustrações, o tipo de impressão e até mesmo o preço podem variar de acordo com os objetivos do dicionário.

Para Borba (2011, p. 23), os objetivos do dicionário estão relacionados com o tipo de dicionário. Assim sendo, um dicionário que quer, por exemplo, atingir estudantes do

ensino médio e dos primeiros períodos do ensino superior, seja de qual área for, deverá ter um *corpus* de língua escrita que seja capaz de cobrir todas as áreas do conhecimento com as quais esses alunos estão e estarão em contato.

Antes de tudo, é necessário que um dicionário se fundamente na coleta de dados léxicos e linguísticos para a constituição de um *corpus* representativo da língua. Para isso, tem-se que levar em consideração um período de tempo que represente uma etapa da evolução da língua em que ela possa ser considerada relativamente uniforme; sendo assim, é possível que um corte sincrônico recubra este espaço de tempo (BIDERMAN, 1984).

Além disso, é preciso que o dicionário se fundamente, também, em uma teoria lexical que leve em consideração alguns pontos da lexicologia, como o conceito de unidade léxica, por exemplo.

As tipologias dos dicionários geralmente são estabelecidas tomando como referência o grau de “desvio” que apresentam em relação ao padrão lexicográfico básico, que, no caso, é o dicionário de língua. Isto quer dizer que qualquer outro modelo que se diferencie ou se distancie das características do dicionário de língua será um dicionário específico.

Sendo assim, vemos a existência, por exemplo, dos mais diversos dicionários tais quais os: dicionários pedagógicos, enciclopédicos, *thesaurus*, de uso, histórico, ideológico, monolíngues, bilíngues, regionais, de tecnicismos etc.

Temos, por excelência, na maioria das línguas em que há a escrita, a existência do “dicionário padrão da língua”, também nomeado de “dicionário de uso da língua”, sendo o tipo mais comum de dicionário que a comunidade linguística conhece. De maneira geral, se distribuem em diferentes categorias a depender do público-alvo e a que se destina. Dentre algumas categorias, temos o *thesaurus*, que se configura por ter um número de verbetes a partir dos 100 mil; o infantil ou básico, com aproximadamente 5 mil verbetes; o escolar e/ou médio, que possui cerca de 10 a 12 mil verbetes, podendo chegar ao número de 30 mil. Em geral, os dicionários de tipo padrão tendem a desempenhar um papel normativo dentro da comunidade linguística.

Para Biderman (1998), há uma diferença entre o dicionário geral e o dicionário padrão, gerando, assim, dois tipos diferentes de dicionários. Tal diferença estaria

relacionada à quantidade de registros do léxico de uma língua. O dicionário geral, para a linguista, é aquele que pode se aproximar do modelo ideal de descrição e documentação do léxico total de uma língua, sendo bastante difícil seu objetivo, uma vez que o léxico cresce em progressão geométrica. Já o padrão seria aquele que registra uma parcela menor do léxico, chegando a abranger um total de 50.000 verbetes, podendo esse total ser estendido ao número de 70.000 verbetes. Dessa maneira, o padrão seria um tipo mais seletivo que o dicionário geral, que é um pouco mais extenso, abrangente.

Para Welker (2004, p. 43), o dicionário geral se caracteriza por ser “alfabético, sincrônico, da língua contemporânea, arrolando sobretudo os lexemas da língua comum”. Dessa maneira, só um tipo seria considerado “geral” e todos os outros seriam especiais. Para ele, ainda devemos distinguir entre os dicionários que registram os lexemas realmente em uso e os que registram numerosos lexemas, incluindo termos não empregados na língua comum – os conhecidos como “tesouros”, que já citamos anteriormente.

O dicionário de língua nos traz informações sobre o conjunto das palavras de uma língua e nos dá as suas definições. Geralmente, ele apresenta todas as classes de palavras, com exceção da maioria dos nomes próprios. Alguns teóricos, como Mattos (1990), afirmam que num dicionário de língua se faz necessária a presença do léxico integral de um momento da língua, visto que o público leitor-consultor pode sentir dificuldades diversas. Há, em contrapartida, quatro fatores que limitam esse desejável alcance máximo, que, segundo Mattos (1990, p. 329) são:

- 1) Além da dificuldade da coleta, a língua nunca para e surgem a cada momento novas palavras por recursos internos ou externos: todo dicionário de língua é defasado.
- 2) Toda língua é uma classe de falares que existem e coexistem no espaço social e territorial, a maioria deles ainda inexplorados (falo dos nossos): a recolha seria um sonho inatingível para o nosso presente.
- 3) A tradição de purismo e de moral interfere, construindo tabus que podem ter uma influência extrema em determinada coletividade: a desobediência talvez seja punido com o encalhe.
- 4) Receia-se a obra por demais volumosa e, por isso, expurgam-se as palavras muito raras ou muito técnicas.

Não devemos deixar de lado algo determinante que contribui com o último fator citado por Mattos (1990) e que vem desde muito cedo: o mercado editorial, que acaba normatizando/exigindo um tamanho, um público-alvo, conteúdo, objetivos etc. dos dicionários.

Além desse tipo de dicionário, temos, também, o dicionário ideológico (ou analógico) cuja característica principal é a organização dos conceitos em campos semânticos, diferentemente dos dicionários comuns que ordenam as palavras em ordem alfabética. Foi no século XVII que esse tipo de dicionário surgiu, elaborado por Comenius, bispo e educador tcheco.

Biderman (1984) cita o *Diccionario ideológico de la lengua española*, elaborado por Julio Casares (em 1942) como exemplo de excelente dicionário ideológico. Já na língua portuguesa, nos lembramos do *Dicionário analógico da língua portuguesa*, produzido por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (em 1974).

Ao falar do dicionário histórico, costuma-se lembrar dele como um dicionário que contém informações sobre a história das palavras. É importante informar, no entanto, que o modelo teórico de tal dicionário vislumbra uma obra que possua todas as palavras de uma língua desde as suas origens, ou seja, o conjunto das palavras em uso e em desuso; para o primeiro conjunto, há que se ter também os sentidos arcaizados e os sentidos atuais. Aquele que se baseia no vocabulário e na língua de determinada época se configura como o tipo mais comum desse dicionário. Um dicionário feito dessa forma se constitui como uma obra importantíssima como fonte de conhecimento sobre a cultura e língua de uma sociedade, além de ser muito útil quando precisamos fazer leituras de obras datadas das épocas históricas a que este tipo de dicionário se propõe.

Muitas vezes denominado de etimológico, o dicionário pancrônico é elaborado a partir da perspectiva da língua contemporânea, ocupando-se dos estágios anteriores do idioma, isto é, se voltando à origem das palavras. Biderman (1984, p. 13), ao falar desse tipo de dicionário, afirma que ele tenta acompanhar a evolução histórica dos vocábulos, assinalando os diferentes valores semânticos por eles assumidos no decorrer do tempo.

Para Biderman (1984), o *Oxford English Dictionary* (OED) se configura como um dicionário modelo dentre os históricos, uma vez que a característica principal do verbete do OED é a documentação rigorosa das ocorrências da palavra-entrada. Tais ocorrências das

palavras que constam no dicionário foram coletadas em cinco milhões de passagens da literatura inglesa desde a sua origem até o início do século XX. Vemos, com esse exemplo, que a questão do método é muito importante para Biderman.

Temos, na língua portuguesa, alguns poucos dicionários históricos tais como o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, feito por Antenor Nascentes (em 1932), o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (datado de 1951, publicado em dois volumes) e o *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (em 1982).

Há outros dicionários que podemos citar dentre os quais se destacam os dicionários de sinônimos, os dicionários gramaticais – que buscam ajudar numa correta interpretação de uma oração, além de, dentre outras coisas, mostrar como a sintaxe e a semântica, no âmbito pragmático da linguagem, se entrosam –, os dicionários de palavrão, gíria e/ou calão, os dicionários de antônimos etc.

Além desses, há os dicionários dedicados especialmente a uma área do conhecimento. São os conhecidos “dicionários científicos e/ou técnicos” cuja produção está crescendo devido à especialização dos diversos ramos da técnica e da ciência. Para exemplificar, temos: dicionário de termos médicos, dicionário farmacêutico, dicionário da análise do discurso, dicionário geográfico, dicionário de linguística etc.

Constatamos, com isso, que há uma variedade muito grande de dicionários, cada um com suas especificidades e objetivos. Percebemos também que a existência dessas obras específicas nos faz pensar que se torna muito difícil a existência de um único dicionário que dê conta de todas as palavras existentes numa língua. Além de um trabalho difícil e exaustivo, parece-nos praticamente impossível de realizá-lo uma vez que, por exemplo, há itens lexicais sendo criados a todo instante.

Para Biderman (2001, p. 131), o dicionário se constitui como “uma organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua”. Ele é, dessa maneira, um instrumento cultural que nos reporta tanto à língua quanto à cultura, sendo um ponto de referência entre elas, isto é, o dicionário é composto por entradas lexicais que tanto podem nos remeter a um termo da cultura quanto a um termo da língua.

Lembremos, com esse breve apanhado tipológico, que o dicionário promove e torna válida a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade. Assim, encarando o dicionário como o objeto que reúne o “tesouro lexical” de uma língua num determinado momento da história de um grupo social, percebemos que ele representa a concepção de mundo de um dado período, trazendo consigo, assim, ideologias que permeavam a época no momento em que determinado item lexical fora dicionarizado. Os dicionários, enfim, se constituem como nossa única e palpável ideia do léxico.

2 LEXICOLOGIA

*Yo que soy el Es, el Fue y Será
vuelvo a condescender al lenguaje,
que es tiempo sucesivo y emblema.*

Jorge Luís Borges

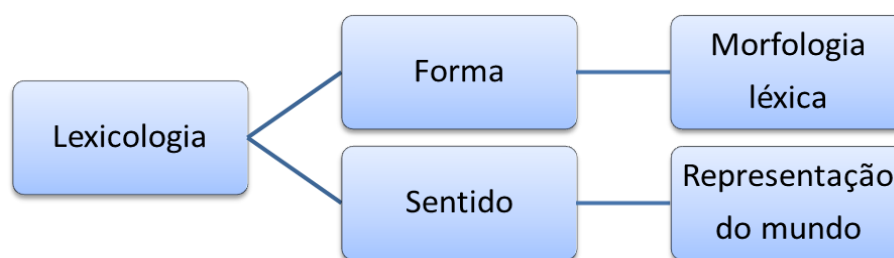
O estudo das palavras tem sido desenvolvido durante séculos. Dentre os antigos estudiosos da área, temos, por exemplo, Panini, no oriente; Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga; Cícero, entre os latinos; entre outros vários filósofos e gramáticos. Hoje, o estudo do léxico se faz presente em outras áreas das ciências humanas, como a psicanálise, a sociologia, a história etc.

Quando estudamos uma linguagem específica (a dos dicionários, como é o nosso caso), a análise do seu léxico se dá por meio das observações do vocabulário, pelo fato de, com isso, estarmos selecionando uma parte que é ligada a uma área de atividade social e, claro, linguística.

Estudar o léxico e a sua organização constitui o propósito principal da lexicologia. Para Rey-Debove (1984), o lexicólogo tem o dever delicado de reconhecer a zona das trocas entre a língua e o mundo, que se faz essencialmente por meio do léxico. Ullmann (1964), por sua vez, acredita que a lexicologia tem a competência de tratar das palavras, seja no âmbito da forma, seja no âmbito do seu significado:

A lexicologia, por definição, trata de palavras e dos morfemas que as formam, isto é, de unidades significativas. Conclui-se, portanto, que estes elementos devem ser investigados tanto na sua forma como no seu significado. A lexicologia terá, por conseguinte, duas subdivisões: a morfologia, estudo das formas das palavras e dos seus componentes, e a semântica, estudo dos seus significados. (ULLMAN, 1964, p. 64)

De maneira resumida, podemos representar a conceituação de Ullmann (1964) assim:



Compartilhamos do pensamento de que uma língua não pode ser concebida sem unidades de referência à realidade, que, na maioria das línguas que conhecemos até hoje, são as palavras. A lexicologia, portanto, tem o objetivo de estudar e construir um modelo do componente léxico da língua que organize os conhecimentos tácitos sobre as palavras e o seu uso pelos falantes, além de prever mecanismos adequados e sistemáticos de conexão entre o léxico e os outros componentes gramaticais e também analisar as possibilidades de construção de novas unidades lexicais (neologismos) pelos falantes, que acabam seguindo regras estruturais sistemáticas.

(...) a lexicologia é disciplina imprescindível na linguística, por suas afinidades com a gramática das formas (morfologia) e com a semântica e por ser um ponto de encontro nas ciências humanas, além de ser indispensável à maior parte das “aplicações” da linguística, desde a filologia e a tradução até a confecção de dicionários. (NUNES, 2010, p. 151)

É papel da lexicologia, portanto, dizer de modo científico, em seus variados níveis, o que o léxico diz, isto é, a sua significação. É a partir desta disciplina, que tem por objetivo o estudo do léxico e, conseqüentemente, da sua organização, que se torna possível a compreensão de várias particularidades existentes numa palavra como, por exemplo, os morfemas que a compõem, região em que ocorre, seu uso cultural ou político etc.

Em cada época as palavras se modificam, se ajustam, se acoplam, são esquecidas, são lembradas, são esquecidas, são lembradas, são criadas, ajustando sua fonética de acordo com a fala de determinada comunidade,

diversificando o seu significado de acordo com a época vigente, sendo proibida e/ou permitida de acordo com a sociedade em que esteja inserida. Todos esses caminhos dão, aos estudos lexicológicos, a possibilidade de poder estudar as palavras de uma língua nas mais diversas perspectivas. (ABBADE, 2012, p. 145)

Além de estudar as relações internas do léxico, a lexicologia busca entender as várias relações que ele, o léxico, faz com os outros sistemas da língua. Em termos gerais, a lexicologia se ocupa na descrição das palavras de uma língua, tendo como finalidade explicar o funcionamento do léxico.

Por ter grande afinidade com áreas como a morfologia e a semântica e, além disso, ser imprescindível à grande parte das aplicações linguísticas (como a filologia, por exemplo), a lexicologia se constitui como uma disciplina essencial na linguística, isto porque pode estudar a palavra pelas mais diversas perspectivas: seu significado, sua evolução histórica, sua composição, sua classificação, entre outros aspectos. Por sua vez, ela contribuirá no fornecimento de pressupostos teóricos para a lexicografia, uma vez que a lexicologia foca no estudo dos aspectos das unidades lexicais, que possuem, por sua vez, significante e significado.

2.1 O LÉXICO

A estreita relação entre mudança social e linguística se concretiza através do uso da linguagem com a finalidade de estabelecer a comunicação. Ao dizer algo, o falante faz escolhas lexicais e de construções sintáticas, mesmo que de maneira inconsciente, que revelam diversas características dele mesmo – sejam elas econômicas, culturais, sociais, políticas, de faixa etária etc. As palavras que usamos são, de certa forma, cultural e historicamente situadas. Elas se constituem em um trabalho social, nas relações sociais, e não de maneira unilateral apenas com o indivíduo.

Dessa forma, partimos agora, como o título deste subcapítulo sugere, para a discussão e conceituação de uma das peças-chave do nosso estudo: o léxico. Tomaremos como ponto de partida a definição de léxico como um conjunto virtual organizado

sistematicamente, podendo ser sempre atualizado na língua. Ele mantém uma íntima relação com o nosso modo de pensar, com a realidade social e com a cultura na qual estamos inseridos, se manifestando através de processos vários.

Entendemos, então, que o léxico é o conjunto de palavras responsáveis por nomear os signos do mundo. As palavras lexicais (verbos, adjetivos e substantivos), portanto, são aquelas que fazem a ligação direta entre a língua e a realidade exterior a ela.

Sem o léxico não conseguiríamos transformar pensamento em comunicação. Sendo assim, o léxico é um dos elementos fundamentais para que uma pessoa consiga interagir com o outro e com o exterior. Um exemplo disso é a necessidade de fazer uma correspondência quase instantânea de palavras quando aprendemos uma língua estrangeira. Buscamos saber a palavra equivalente na outra língua das mais variadas coisas a fim de aumentarmos o nosso repertório lexical (nosso “vocabulário”) do outro idioma:

PORTUGUÊS	ESPAÑHOL
Óculos	Gafas
Copo	Vaso
Garrafa	Botella

É a partir do léxico, portanto, que estabelecemos nosso primeiro contato com o mundo – nomeando e compreendendo o significado e utilidade (quando há) das coisas. O acervo lexical de uma língua, ao nomear o mundo exterior, revela a cultura da sociedade para a qual serve como meio de expressão. Este acervo se constitui por um conjunto de lexemas e nele é possível observar as influências, modificações e transformações na língua.

Podemos também retomar a definição tradicional: o léxico é o conjunto das palavras duma língua, o que inclui evidentemente a maior parte dos morfemas e todas as unidades codificadas de vários morfemas (palavras derivadas e compostas, lexias). É a imagem do léxico que os dicionários nos dão. (REY-DEBOVE, 1984, p. 49)

Essa ideia de léxico que os dicionários passam a nós, falantes de uma língua, se constitui, portanto, como um retrato exato de um acervo finito de palavras, que existem para designar as mais variadas coisas do nosso mundo e se encontram compiladas em obras

enormes para serem consultadas. Isso pode passar, e na maioria das vezes passa, uma falsa impressão de a língua ser “estática”.

Sabemos, no entanto, que a mudança linguística, em qualquer área do estudo da linguagem, é algo intrínseco à língua. A partir de um estudo da gramática histórica, é possível perceber que há fatores internos na mudança, bem como fatores externos (como a intervenção do falante, por exemplo), que nos ajuda a compreender a história da língua. Para estudarmos e percebermos a gênese do léxico de uma determinada língua, por exemplo, devemos adotar uma visão diacrônica da linguagem, isto é, uma visão que priorize sua descrição ao longo de sua história para identificar a criação dos termos vernáculos e a adoção de possíveis estrangeirismos. Entendemos, também, que fatos relacionados à cultura e à ideologia tiveram uma forte influência na história da língua, fatos estes denominados como fatores externos à mudança linguística (POZA, 2012).

No tocante às mudanças no significado de uma palavra lexical, vemos que elas não ocorrem de maneira desarticulada com as novidades sociais. “A mutabilidade do signo decorre, em parte, das mudanças culturais operadas na sociedade no decorrer da história; e, em parte, da ação desses fatores sobre a língua falada por uma massa considerável de falantes” (BIDERMAN, 1998, p.107).

Não devemos ignorar, no entanto, que as transformações culturais, sociais e políticas não causam mudanças instantâneas no sistema lexical da língua, é necessário certo tempo para que a comunidade linguística passe a usar e “aceitar” tais mudanças, que resultam, em sua maioria, da fala. Por depender da realidade extralinguística, o léxico é a menos sistemática das estruturas, a que menos é submetida a regras.

Assim, na língua, o léxico é o elemento que se modifica mais depressa. Isso é um fator que também impossibilita que nós, falantes, conheçamos todas as palavras da nossa língua. A incompreensão de um texto, por exemplo, se deve, muitas vezes, ao fato de o falante não conhecer algumas palavras ou o significado preciso delas.

É importante lembrar, no entanto, que, apesar de aberto, o sistema lexical mantém certas regras. Essas regras (atuantes na formação de palavras, por exemplo) garantem que o vocabulário de uma língua seja conservado em sua maior parte, mesmo que novos termos sejam acrescentados e outros sejam extintos. Um exemplo disso é a formação de muitos advérbios que é feita com o sufixo *-mente* (concretamente, legalmente, relativamente) e

não com outro morfema, como o *-izar*, que é formador de verbo (concretizar, legalizar, relativizar).

A partir disso, vemos que, a língua, assim como todo sistema, tem suas regras tanto de construção quanto de economia. As primeiras estabelecem o padrão morfológico a partir do qual é possível identificar certa palavra como pertencente à língua portuguesa. Sem um sistema com um núcleo significativo não seria possível analisar o conjunto lexical de um grupo social em determinado tempo, pois não haveria referências com as quais se pudessem estabelecer parâmetros de uso.

O léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o linguístico e o extralinguístico. (BIDERMAN, 1981, p. 138)

De uma forma ou de outra, o léxico sempre estará ligado ao mundo de significações e às necessidades dos falantes de uma língua, crescendo com as inovações e encolhendo com as obsolescências. A partir do léxico de uma língua pode-se perceber muito sobre o funcionamento social de uma comunidade linguística, pois o sistema lexical pode ser considerado como o conjunto de experiências de uma sociedade e de sua cultura.

(...) língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único complexo. A sua separação, por eventuais exigências da análise científica, não deixa de ser uma mutilação, conquanto metodológica. (BARBOSA, 1996, p. 158)

Podemos dizer, então, que a língua se caracteriza como um dos maiores espelhos culturais de um povo – olhamos para ela e enxergamos a nós mesmos. Ao estudar o léxico de uma língua, portanto, estamos estudando, conseqüentemente, a história e a cultura daqueles que usam essa língua.

O léxico, portanto, não deve ser visto como um inventário de conceitos isolados ou como uma lista de termos, mas, sim, como um sistema organizado de valores. Por isso, é

possível identificar os valores ideológicos característicos de uma determinada cultura através do uso da palavra. De acordo com Carvalho (2011, p. 87), “toda palavra se projeta no espaço marcado pela visão do mundo do grupo”.

Enquanto que a noção de léxico para Henriques (2010) se resume em:

Léxico é o conjunto de palavras de uma língua, também chamadas de LEXIAS. As lexias são unidades de características complexas cuja organização enunciativa é interdependente, ou seja, a sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações (HENRIQUES, 2010, p.13).

Há, ainda, uma definição defendida por Marcuschi (2004), através de uma linha mais voltada para a sociocognição – preocupada em analisar o léxico focando-se nas operações que os falantes realizam com ele para a produção de sentido – que entende o léxico como a terceira base da língua, sendo as outras duas a fonologia e a sintaxe, definindo-o como uma categoria instável e, até certo ponto, incontável. Marcuschi compartilha, então, da ideia que durante anos a teoria gerativa considerava: o léxico era um componente bastante irregular e assistemático.

Essa concepção começou a mudar a partir dos anos 1970 quando o léxico passou a ser estudado através das regularidades que apresenta. Para Cabré (1993):

Así se ha llegado a definir el lexicon de la gramática del hablante como un conjunto de unidades léxicas informada fonológicamente, morfológicamente, sintácticamente y semánticamente; como un conjunto de reglas de formación de palabras y de reajustes; como un conjunto de proyecciones posibles sobre las estructuras sintácticas; y como un conjunto de condiciones restrictivas de las reglas. (CABRÉ, 1993, p. 78)

Essencialmente, assim como Rey-Debove (1984, p. 62), acreditamos que o léxico é um transmissor de sentidos, “trata-se de saber se ele apresenta estruturas que levem em conta ao mesmo tempo o semantismo duma língua (forma do conteúdo) e o sistema conceptual de seus usuários (substância do conteúdo)”, isto é, o léxico é responsável, essencialmente, por organizar, resumir e captar as ideias, os sentidos, que necessitam circular entre uma comunidade de fala.

Nos estudos que abordam a relação entre forma e sentido, vemos que o problema da significação tem, como aborda Possenti (2009, p. 38), dois aspectos. A significação depende, ao mesmo tempo “dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte é ela que os faz serem os discursos que são”.

O léxico, portanto, comparado com outros setores e níveis da língua, como os sintático, morfológico, fonológico etc., é um conjunto vastíssimo, além de aberto em qualquer sistema linguístico, estando em permanente expansão – sobretudo numa língua de civilização (BIDERMANN, 1984). O seu estudo, entretanto, muitas vezes necessita de um recorte que viabilize uma melhor sistematização e um maior aprofundamento dos aspectos que precisam ser analisados; tal recorte, por sua vez, perpassa pela seleção de unidades lexicais específicas, isto é, a palavra.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PALAVRA

Por ser um elemento em torno do qual se estabelecem muitas divergências teóricas e por constituir o nosso objeto de análise neste trabalho, julgamos necessária uma breve discussão a respeito da unidade *palavra*. Buscamos, aqui, expor alguns conceitos/discussões acerca desses elementos (léxico e palavra), pois a discussão a que nos propomos neste trabalho implica o conhecimento e estudo desses domínios.

Assim, iniciamos a discussão dizendo que diferentemente de um sintagma, que pode ser construído de diversas formas, alternando-se a ordem dos elementos que o compõem, a palavra já está pronta ou completamente construída no código. Não devemos, entretanto, considerar a palavra como uma unidade isolada dentro do conjunto das unidades léxicas de um sistema linguístico. Devemos, sim, concebê-la como um elemento estreitamente ligado ao restante das unidades do mesmo nível que constituem o sistema léxico de uma língua, como, por exemplo, as unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas.

As palavras conseguem organizar o mundo, em classes de significados denotados sobre a base de eixos semânticos parcialmente abstratos, e programar os comportamentos

da comunidade falante, sejam eles comportamentos descritivos ou perceptivos. Substantivos, adjetivos, verbos e alguns advérbios (o de modo, por exemplo) são classes com forte componente semântico e, por isso, estão em processo permanente de enriquecimento em contato com o mundo exterior. Assim, cada unidade linguística possui um valor subjetivo visto que as palavras podem ser consideradas como recortes do mundo referencial que impõem uma forma singular à substância de conteúdo. Nenhum falante, portanto, descreverá a natureza de forma absolutamente parcial, sendo obrigado a determinados modos de interpretação.

Vamos considerar aqui, tal qual Rey-Debove (1984), que uma palavra pode ser formada por um só morfema (*sol*) ou por vários (*internacionalização*). Sabemos que é possível designar o conceito de unidade de significado a unidades menores que a palavra como os morfemas, que isolados carregam consigo o sema de, por exemplo, diminutivo ou aumentativo. Tais unidades mínimas de significação são, como sabemos, formadores de palavras e muitos teóricos não consideram estas unidades como “palavra” alegando que não têm existência independente (*in-*: incompleto; *des-*: descosturar; *re-*: refazer).

Sendo assim, nos questionamos se, por terem um significado, os morfemas deveriam ser incluídos nos dicionários. A partir desse questionamento, observamos que no léxico está incluída a maior parte dos morfemas (os livres) e todas as unidades codificadas de vários morfemas (palavras derivadas e compostas, lexias etc.), mas se os morfemas presos, sejam eles gramaticais ou lexicais, são excluídos desse léxico, a gramática, para Rey-Debove (1984, p. 51) é que deve encarregar-se deles.

Uma das tarefas do dicionário é representar a estrutura conceitual dos significados das palavras. Os significados delas são compostos por conceitos que possuem certas relações uns com os outros, não sendo, portanto, entidades indivisíveis.

Todo significado ou sentido é expresso por uma sequência de palavras: não há outra maneira de falar sobre isso (livraria significa “loja onde se vendem livros”). O significado duma palavra só pode, pois, ser conhecido quando transmitido pelo significado de outras palavras. Esse sistema sinonímico circular no interior do léxico é o único que torna possível a descrição da face abstrata do signo. (REY-DEBOVE, 1984, p. 62)

Com sua origem na homonímia das palavras, a ambiguidade semântica geralmente ocorre quando “uma estrutura subjacente contém uma ou mais palavras ambíguas que contribua(m) em seus múltiplos sentidos para o significado da sentença inteira, tornando-se, assim, possível o uso dessa sentença para a formulação de mais de uma afirmação, solicitação, interrogação etc.” (KATZ, 1977, p. 65).

A presença de uma palavra ambígua, no entanto, não faz com que uma construção linguística seja necessariamente ambígua também. Os significados de outros elementos que compõem tal construção poderão contribuir para que a ambiguidade seja desfeita ou não se realize. Sendo assim, o processo de decodificação de um texto não se constitui apenas no reconhecimento da forma utilizada, mas, sim, na compreensão da significação e intenção dessa forma.

Quanto ao sentido de um texto, ou até mesmo de uma palavra, não cabe dúvida de que deixar tudo por conta do leitor (sua interpretação, por exemplo) ou por conta do contexto (como muitos acham que ele dará e trará *todo* o sentido necessário para a compreensão total) são maneiras alternativas de deixar de lado fatores externos relevantes, como os fatores sociais, históricos, culturais etc. Afinal, quantas vezes não nos deparamos com textos e/ou palavras os quais o (nosso) contexto sequer nos ajudou no nosso entendimento sobre eles? Para Rey-Debove (1984), diferentemente do que dizem muitos linguistas, o sentido das palavras não é “transcendental” e muito menos produzido pelo contexto, uma vez que nós somos capazes, como falantes, de evocar o sentido de palavras como *triste*, *sempre*, *celular*, *água* sem que seja preciso recorrer a uma frase específica.

Ullmann (1964), linguista húngaro e grande estudioso da Semântica, afirma, por sua vez, que o significado é o elemento mais vulnerável à mudança linguística, ou seja, é o elemento linguístico que mais sofre modificações. Sobre as mudanças de significado, o autor (1964, p. 418) acredita que elas provêm de algum aspecto ou tendência profunda do espírito da pessoa que fala. Isso demonstra, para nós, uma certa insegurança científica do teórico quanto aos processos de mudanças, uma vez que estas ocorrem bastante e não possuem uma linearidade e/ou previsibilidade, não permitindo, assim, aos estudiosos da área, uma exata sistematização de suas ocorrências. Biderman (2001), por fim, afirma que o universo semântico, isto é, o universo dos significados dos termos, estrutura-se em torno de dois polos opostos – a sociedade e o indivíduo – e da tensão entre eles se origina o léxico geral da língua.

Como já observado anteriormente, o conceito de unidade léxica é um tanto quanto complexo e complicado de definir, sendo um ponto de inúmeras e intensas discussões sem que haja, no entanto, um consenso a respeito de sua definição. Para Biderman (2004, p. 186), tal conceito é bastante difícil de ser aplicado, pois, na prática discursiva, é complexo delimitar as unidades lexicais no contexto, e é por isso que o conceito de unidade léxica do dicionarista “reflete-se na organização da *macroestrutura do dicionário*, bem como os critérios por ele usados na seleção dos lemas”.

(...) os mais insígnies gramáticos não conseguiram jamais pôr-se de acordo sobre uma definição do conceito de *palavra*. As teorias mais modernas sustentam que a palavra é um corte arbitrário praticado na frase, e consideram-na como a última unidade indivisível do sistema expressivo que chamamos linguagem. (CASARES, 1984, p. 72)

Para Rey-Debove (1984, p. 66), no entanto, há três elementos que tradicionalmente informam e definem uma unidade lexical: “o componente gráfico e fônico, isto é, a menção da palavra com sua grafia, seguida de sua pronúncia; o componente sintático, isto é, a classe de palavra (e, eventualmente o gênero, o número); o componente semântico, isto é, a definição, ou análise do significado”. Não é necessário, no entanto, que estes elementos se cumpram na definição lexical, cabendo ao lexicógrafo a escolha do que inserir no seu dicionário.

No plano da semântica, as opiniões convergem no que se refere à palavra, considerando-a, de modo geral, como “nomes, variáveis segundo as línguas, dados aos seres, coisas ou acontecimentos e que servem para identificá-los e diferenciá-los” (TAMBA, 2006, p. 71).

Barbosa (1990) nos traz algumas definições e reflexões sobre os termos *léxico*, *vocabulário* e *palavra*, apontando suas características e diferenças. O universo léxico, para ela, a nível de sistema, seria uma abstração, disponível na memória do falante, que contém todos os lexemas efetivos de todos os universos discursivos, contendo, também, as lexias suscetíveis de serem criadas. Partindo dessa perspectiva, a autora afirma que “um dicionário de língua pode conter, então, os lexemas de todos os *topoi*, de todos os *chronoi*, de todos os *strata*, de todas as *phaesi*” (BARBOSA, 1990, p. 233). Isso quer dizer que a autora parte dos eixos da sociolinguística e da dialetologia para afirmar que é possível que

um dicionário de língua tenha palavras de todos os *lugares*, de todos os *tempos*, de todos os *estratos sociais* e de todos os *contextos*.

O conjunto vocabulário, por sua vez, seria também uma abstração constituída com um subconjunto do universo léxico. Este conjunto sempre está ligado a um texto, a um universo de discurso, configurando-se como um conjunto de vocábulos, que são os modelos de realização das palavras que representam no texto concreto.

Já o conjunto de palavras, para Barbosa (1990, p. 233), num discurso concreto “é o conjunto palavras-ocorrência desse texto, do qual se inferem os vocábulos que representam as mesmas palavras, e estes, reunidos, constituem o conjunto-vocabulário”.

(...) vocabulário é a lista exaustiva de palavras de um *corpus* (ou de um texto), por oposição a léxico, entendido como inventário de todas as lexias de um estado de língua natural. Todavia, o termo <<palavra>> – que é por sua vez substituído por vocábulo – permanece ainda ambíguo, independentemente das dificuldades que sua definição suscita. (GREIMAS, 1979 *apud* BARBOSA, 1990, p. 233)

Numa tentativa de definir o que é “palavra”, “lexia”, “vocábulo” e “termo”, Abbade (2012), por sua vez, opta por uma definição breve do item “palavra”: “A *palavra* é um *termo* genérico, tradicionalmente utilizado na língua, fazendo parte do vocabulário de todos os falantes, é uma unidade significativa que abrange as diversas significações do conteúdo linguístico” (ABBADÉ, 2012, p. 145, grifos da autora). Quando a autora compara “palavra” a “lexia”, ela estabelece uma diferença significativa: enquanto a *lexia* possui apenas a significação lexemática, isto é, possui apenas a significação externa ou referencial (lexical ou social), a *palavra* pode ser morfemática, ou seja, gramatical (artigos, conjunções e preposições). Já sobre “vocábulo”, consideramos vaga a sua definição de “palavra considerada apenas quanto à forma, independentemente da significação que nela se encerra” (p. 146).

Mesmo com todas as dificuldades de conceituação apresentadas, poderíamos dizer que o léxico está relacionado ao domínio da língua, configurando-se como o conjunto de unidades que formam a língua de uma comunidade linguística, enquanto que o vocabulário está ligado ao domínio do discurso, de sua realização. Dessa maneira, os lexemas são as unidades do léxico e os vocábulos e as palavras são as unidades do discurso.

A lexicologia, durante o período de surgimento e consolidação do estruturalismo, foi uma disciplina que ficou à margem do “sistema linguístico” e não alcançou o mesmo grau de cientificidade reconhecido em outras, como a fonologia e a morfologia. Mas, ao mesmo tempo, ela teve uma presença notável em qualquer atividade envolvendo interpretação. Um traço dessa contradição é a própria noção de “palavra”. Apesar de essa noção ter sido deixada de lado no estruturalismo, frente à noção de “morfema”, ela frequentemente retorna, seja na forma de exemplos, como no próprio Saussure, seja em qualquer reflexão que busque compreender a significação. A “palavra”, assim, torna-se uma marca de incompletude da linguagem e de algo que sempre escapa à compreensão das ciências da linguagem. (NUNES, 2010, p. 165)

É muito difícil, portanto, definir e delimitar o conceito de palavra do ponto de vista universal, isto é, de uma maneira aplicável a toda e qualquer língua. É por isso que acreditamos, assim como Biderman (2001), que a conceituação e delimitação da palavra devem ser formuladas para cada língua.

2.3 O GÊNERO VERBETE

Veiculando vozes coletivas ou individuais, os textos e seus gêneros passeiam através dos tempos por todas as organizações sociais, independente de estrato social, escolaridade ou localização geográfica dos indivíduos. As expressões tomam as formas que melhor lhes adaptam com a finalidade de sucesso comunicativo, demonstrando, assim, a importância do estudo dos gêneros na representação dos diversos discursos. Dessa forma, é a complexa compreensão do gênero como uma entidade dinâmica, ligada a ideologias e práticas sociais, que nos faz entender a nossa sociedade e seu funcionamento.

Para Marcuschi (2005), todo texto pode ser classificado em um determinado gênero. Esta classificação, segundo o autor, depende das condições sociais e históricas, assim como de diferentes intenções comunicativas propostas nas diversas situações de interação.

Necessariamente produzido por uma comunidade discursiva, cada gênero necessita dar conta de uma série de funções que fazem parte de sua estrutura funcional ou formal para que ele possa cumprir o seu propósito comunicativo. Assim, vemos que o gênero verbete é fruto e espelho de fatores históricos e socioculturais.

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar. (BAZERMAN, 2006, p. 23)

O verbete pode ser considerado como um gênero textual que apresenta uma estrutura composicional própria, um propósito comunicativo peculiar, um conteúdo temático e um estilo de linguagem particular. Além disso, devemos levar em consideração o fato de que a produção dos verbetes não é dada por apenas uma pessoa, e sim por um grupo de pessoas responsável por uma determinada área do conhecimento. O verbete, sendo um texto, pode, além da definição, dar outras informações sobre o item lexical como exemplos de uso numa frase, pronúncia, classe gramatical etc.

Outra característica desse gênero textual é a motivação de sua leitura, que é dada pelo interesse à consulta de informações específicas, como, por exemplo, sinônimos, definições, antônimos etc., isto é, busca-se ler a lexia em questão.

Para Dionísio (2005, p. 137), muitas vezes a *forma* e *função* estão inter-relacionadas ajudando na identificação do gênero textual em destaque. No caso do gênero verbete, a autora afirma que se destacam os seguintes campos constituintes:

<p>Verbetes = + entrada + categoria gramatical ± gêneros ± sinônimo ± variantes ± fonte ± área ± definição ± contexto.</p>
--

Já Barbosa (1990, p. 230), quando aborda aspectos relacionados à configuração dos componentes estruturais básicos de uma obra lexicográfica, nos diz, quanto aos verbetes,

que estes se caracterizam pelo conjunto: entrada + enunciado lexicográfico. Sendo assim, há dois constituintes que a autora denomina de “artigo mínimo”: a entrada e a definição.

Artigo = [+ entrada + enunciado lexicográfico (+ definição)]
--

A autora nos lembra, no entanto, que a definição de um verbete se organiza em função da natureza da obra lexicográfica, havendo, assim, uma correlação “entre tipologia de dicionário de tipologia de definições, instituindo-se uma relação de dependência entre a natureza da obra lexicográfica e a natureza do enunciado lexicográfico” (BARBOSA, 1990, p. 230). Em resumo, o tipo da obra de certa forma impõe os tipos de paradigma, a sua distribuição, a quantidade etc. no enunciado.

É necessário que se tenha um cuidado especial e meticuloso com cada verbete dentro do dicionário, sendo imprescindível que, além das informações gramaticais, apareçam os limites precisos do significado e das inferências (como os tabus e eufemismos, por exemplo) que a palavra veicula. Quando uma palavra vira um tabu linguístico, ela, na maioria das vezes, é abandonada e substituída por um eufemismo, causando, assim, uma adaptação no significado do substituto. É por isso que o tabu e o eufemismo se enquadram como um fator importante de mudanças semânticas, pois uma palavra “corrompida” é logo trocada por uma formação nova ou outro termo derivado de uma língua estrangeira.

Pode-se dizer que o arquétipo formal do verbete, correspondendo a uma sintaxe lexicográfica, determina, em larga medida, coerções ao discurso lexicográfico. A rigor, a sintaxe contribui para provocar efeitos de apagamento do sujeito enunciativo, o que reforça a imagem de neutralidade dos dicionários. (KRIEGER, 1995, p. 213)

Sendo assim, o verbete pode ser visto como um espaço discursivo que, além de conter marcas ideológicas, culturais e sócio-históricas de uma coletividade, também reflete as projeções da enunciação particular.

Ainda para Krieger (1995), o verbete nos dicionários monolíngues é uma microestrutura que pode conter informações relativas a etimologia, fonética, morfologia etc. e, além disso, uma rede de acepções que, através das definições, busca cobrir os

chamados sentidos primeiros e segundos da língua geral, podendo cobrir também aqueles que são relacionados aos usos regionais e especializados que um lexema pode comportar.

Também concordamos com Katz e Fodor (1977, p. 97) quando eles afirmam que do ponto de vista de uma teoria semântica, “um verbete de dicionário é constituído de duas partes; uma parte gramatical, que fornece a classificação relativa às partes do discurso para o item lexical, e uma parte semântica, que representa cada um dos distintos sentidos que o item lexical possui em suas ocorrências como uma parte do discurso”.

O elemento comum mais lembrado pelo senso comum quando falamos em “entrada” é a palavra, pois cabe a ela organizar o mundo de acordo com a ideologia da língua. A escolha da entrada, entretanto, pode diferenciar de língua para língua, podendo ser um morfema ou uma frase, por exemplo. A entrada, portanto, configura-se como um elemento essencial, pois é a partir dela que toda consulta às obras lexicográficas se dá.

Quando um lexicógrafo está no processo de construção de sua obra lexicográfica, cabe-lhe a escolha de como selecionará as entradas, podendo ser elas as palavras mais frequentes, as formas lexicais efetivas e as neológicas, apenas palavras ou palavras e signos mínimos, só palavras primitivas ou as primitivas e derivadas, por exemplo (BARBOSA, 1990).

O conjunto das entradas de um dicionário, então, constitui a sua *macroestrutura* enquanto que o conjunto de informações sobre as entradas constitui a sua *microestrutura*. Assim, diversos verbetes são reunidos e organizados em uma determinada sequência a fim de formar uma obra de referência destinada à consulta. O verbete, em suma, é o espaço no qual o tradicional código lexicográfico se configura.

Cada um dos vários sentidos, especiais ou gerais, que se encontram numa palavra dicionarizada constitui uma acepção. Isto nos remete à polissemia da palavra, que nada mais é que a “concorrência de significados diversos num mesmo signo verbal” (CASARES, 1984, p. 76). Esse fenômeno linguístico ocorre devido à desproporção existente entre a quantidade de signos e as numerosas noções que buscam expressão na linguagem.

A priori, o significado básico de uma palavra encontra-se na primeira acepção da entrada. Depois dele, seguem-se, se houver, as outras acepções do item lexical. Assim, o significado primeiro se configura como núcleo do qual partem as diversas conotações que podem ampliar o campo significativo e que permitem o deslizamento do significado. Segundo Biderman (1984, p. 33), a estruturação das redes léxicas de significação é ascendente: “(...) parte-se do genérico, do mais básico para diferenciações progressivas e cada vez mais específicas”. Dessa forma, uma vez que a constituição dos campos semânticos se altera o tempo todo, parece impossível que o dicionário seja capaz de registrar todas as acepções de uma palavra.

Quanto ao sentido de uma forma linguística, Benveniste (1998) acredita que este pode ser definido a partir da totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes. Assim sendo,

Quando se diz que determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos, de quem essa língua é a língua. (BENVENISTE, 1998, p. 137)

Percebemos, assim, que o gênero verbete encontrado nos dicionários é visto pela comunidade como um “espaço” de confiantes informações linguísticas e extralinguísticas, embora possa produzir sem imparcialidade as definições das palavras que lá se encontram.

Foi por essa razão, portanto, que muito antes de delimitar o *corpus* da presente dissertação, nos debruçamos sobre o verbete “mulher” em diversos dicionários, pois muito nos chamou a atenção de como vários sentidos sociais (velados) perpassavam por esta palavra. Percebemos que a análise desse verbete em específico nos mostrou como uma sociedade pode enxergar determinadas coisas, ou se comportar diante delas, e nos deu subterfúgios para seguir adiante para observar a construção de sentidos que é feita coletivamente.

Tal verbete, então, foi a nossa motivação, o nosso ponto de partida, para o presente estudo, que teve como foco a análise dos verbetes de algumas profissões “femininas” sem correspondente no gênero masculino e o que isso pode refletir sobre nós e sobre os espaços que ocupamos na sociedade.

3 IDEOLOGIA NA LÍNGUA

*Estamos todos nós estreando um combate
interno para domesticar os nossos antigos
fantasmas. Não podemos entrar na
modernidade com o actual fardo de
preconceitos.*

Mia Couto

3.1 LÍNGUA, SOCIEDADE E REPRESENTAÇÃO DO MUNDO

Não podemos considerar a linguagem como algo totalmente desvinculado da vida social. Ela se configura como a direção mais adequada para que possamos conhecer as idiossincrasias de qualquer grupo social. À medida que escrevemos ou falamos, estamos operando uma seleção nos sistemas lexical e gramatical da língua, tentando construir sentidos adequados às situações comunicativas das quais participamos. A língua, portanto, é social porque é comum a todos os falantes de uma determinada comunidade linguística. Ela é, assim, um sistema simbólico ligado às relações sociais.

As palavras que usamos são cultural e historicamente situadas. Elas se constituem em um trabalho social, nas relações sociais, e não de maneira unilateral apenas com o indivíduo. Percebemos, assim, que é a partir dos elementos de sua cultura que o falante escolherá os elementos de seu texto. Por isso, todo texto será diferente porque sua caracterização dependerá dos participantes e da finalidade a que se propõe. Cada um visa a redefinir ou a conservar o valor das palavras a serviço de uma ideologia.

A ideologia existe independentemente de as pessoas serem conscientes dela ou não. Ela pode ser encarada como a visão de mundo de uma determinada classe social (e isso já implica muita coisa) sobre a realidade. E cada visão de mundo possui um discurso próprio. Quanto à ideologia que hoje domina a nossa sociedade, Fiorin (1997, p. 31) diz que “embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa”.

Sendo impossível haver ideias, isto é, pensamentos fora da linguagem, uma vez que pensamos por meio dela, é impossível, também, que essa visão de mundo seja desvinculada da linguagem. Sabendo disto, é imprescindível dizer que sendo a ideologia algo inerente à realidade, ela é, conseqüentemente, inseparável da linguagem: a ideologia é necessariamente verbalizada. Assim, o ser humano concebe o mundo através dos discursos que vai assimilando ao longo da vida e, na maioria dos casos, passa a reproduzir tais discursos em sua atividade linguística.

A ideologia dominante, por sua vez, é algo que busca estabelecer uma concepção única de enxergar o mundo. Ela seria a expressão de uma tomada de posição determinada, organizando e regulando, a seu modo, as relações humanas e as relações do homem com o mundo.

Assim, tudo o que falamos é dito a partir de um ponto de vista, o que significa dizer que percebemos o mundo a partir de um lugar valorativo, julgando coisas e fatos como positivos ou negativos, verdadeiros ou falsos etc. Essa construção valorativa se dá a partir da ininterrupta interação comunicativa em todas as esferas das atividades humanas. Os conflitos entre grupos dominante e grupos dominados, por exemplo, se manifestam pelas tensões dentro do uso linguístico.

A nossa percepção de mundo, portanto, é mais bem expressa e compreendida por meio das palavras, pois, como já comentamos durante este trabalho, as palavras são capazes de, de certa forma, materializar o mundo do qual fazemos parte, trazendo significações diversas para nós, os falantes, além de precisar apenas de um ser humano para que sejam produzidas. As palavras, dessa maneira, são pré-requisitos para que a realidade seja criada como material significativo.

Cada um, nesse sentido, se utilizará das palavras para defender interesses diversos, encobrindo-as de sentidos que estejam a serviço dos interesses de um determinado grupo, seja ele dominante ou não. Muitos acreditam que nas mais diversas relações de poder, como a continuação da hegemonia da classe dominante de uma sociedade, os sentidos das palavras são intensa e propositalmente mudados/subvertidos, ou seja, produzem-se discursos que manipulam, de forma intencional, os sentidos. Assim, a ideologia se materializa nas mais diversas organizações sociais, defendendo os mais variados interesses desses grupos: desde continuar no poder (ser a classe dominante) a ditar regras de

comportamento social, por exemplo. A ideologia, em efeito, se constitui como um instrumento de modelagem no interior dos sistemas de comunicação e de representação simbólica do homem.

Desenvolvida e discutida por Saussure no seu *Curso de Linguística Geral*, a noção de “valor” nos diz que o valor das unidades linguísticas é determinado pelas relações entre os signos, ou seja, os elementos linguísticos, não tendo valor em si mesmos, só terão valor em relação com os outros.

Para Rey-Debove (1984, p. 52), “o signo tem uma função denotativa: serve para evocar os objetos do mundo (aquilo de que se fala), para torná-los presentes à consciência. Não é necessário que esses objetos tenham uma existência real (verificável), basta uma existência sociocultural”. Assim, sabendo que um signo linguístico é basicamente a união de um significante a um significado, isto é, um conceito e um “suporte” do conceito, cabe-nos pensar que o discurso encontra-se no plano do conteúdo, podendo se manifestar nos mais diferentes planos de expressão como signos verbais, gestuais etc. e, ainda mais, é possível que um mesmo discurso se manifeste por diferentes meios de expressão.

Todo e qualquer discurso segue a máxima mais conhecida de Lavoisier: *Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*. Queremos dizer com isso que os discursos, até mesmo os que não correspondem ao da classe dominante, não surgem do nada, mas, sim, a partir dos conflitos existentes na realidade.

Dessa maneira, acreditamos que quando estamos analisando algo que foi dito por alguém, o seu discurso revela quem é o sujeito e qual a visão de mundo que ele possui. Todo discurso, portanto, nos mostra quem somos, o que pensamos e, conseqüentemente, o que queremos.

Cada língua, desde sua constituição, tem em si uma concepção de mundo que já é “imposta” aos seus falantes, determinando a sua maneira de perceber e compreender a sua realidade. Essa ideia nos remete à hipótese de Sapir-Whorf que afirma que cada língua traduz o mundo e a realidade social através do seu próprio modelo que acaba refletindo uma cosmovisão idiossincrática que é manifestada nas categorias léxicas e gramaticais (BIDERMAN, 2001). Sendo assim, cada língua organiza o mundo a seu modo. O russo, por exemplo, categoriza as cores azul e verde como uma só unidade enquanto que a língua portuguesa categoriza como sendo duas cores distintas.

Ao mesmo tempo em que a linguagem cria a imagem do mundo, ela é um produto social e histórico desse mundo. Ela é, assim, produto e elemento das atividades práticas do homem, refletindo e cristalizando tais práticas sociais que são regidas por formações ideológicas.

Além disso, a linguagem comporta em si todo um sistema de valores que buscar valorar positiva ou negativamente certos estereótipos dos comportamentos humanos. Alguns estereótipos, por estarem tão incutidos e arraigados no consciente coletivo social, são considerados naturais e, conseqüentemente, certos. Os que fogem ao modelo “natural” são vistos como diferentes e passam a ser hostilizados pela sociedade. É o caso de “populista”, “comunista” e “esquerdista”, termos bastante utilizados pelos eleitores da oposição ao governo durante as eleições presidenciais de 2014 no Brasil. Lembremos, portanto, que os estereótipos só se encontram na linguagem porque representam a condensação de uma prática social e é dentro do léxico que as diferenças são mais manifestadas.

Além de olharmos a função normatizadora do dicionário, podemos procurar observar como é projetada nele uma representação concreta da língua em que achamos vestígios da forma como os indivíduos produzem a linguagem, afetados pela história, cultura e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia (ORLANDI, 2013). A língua, assim, se configura também como um “espelho cultural”, que fixa as representações simbólicas na nossa sociedade.

Assim, como muitos teóricos do discurso, acreditamos que todo ato de linguagem veicula aspectos das representações linguísticas das práticas sociais daqueles que produzem tal ato. Com os dicionários, a partir da nossa perspectiva, não seria diferente: ele transmite tais aspectos a partir das práticas da sociedade na qual ele se insere.

Muitos se julgam donos absolutos de seus discursos, mas esquecem-se que estão subordinados aos valores, juízos e visões de mundo construídos socialmente através da linguagem – ela os antecede. Um brasileiro quando diz “obrigado” desconhece que o seu sentido diz respeito a uma prática antiga de querer dizer em palavras que a pessoa se sentia obrigada, isto é, no dever de retribuir com um favor, algum dia, àquele que o ajudou naquele momento. Para entender isso, precisamos de um longo e minucioso estudo histórico sobre a língua e seus componentes lexicais que sempre têm algo para nos revelar.

Acreditamos, desta maneira, que até mesmo as menores mudanças sociais, históricas, políticas ou culturais repercutem imediatamente na língua, uma vez que as pessoas tendem, de maneira instantânea, a pôr em palavras, e nas palavras, os valores produzidos por essas mudanças.

(...) a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. (...) É portanto claro que *a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais*, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomara forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. *A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças* que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. *A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.* (BAKHTIN, 2002, p. 41, grifos nossos)

Sabemos que definir palavras e expressões implica necessariamente um posicionamento ideológico ou teórico, sendo tal posicionamento adotado de forma consciente ou inconsciente. Percebemos isso por meio da elaboração dos exemplos que são usados nas obras lexicográficas e também pela conceituação de determinadas lexias.

O dicionário, portanto, não deve ser visto como um acervo da língua, mas como depositário da cultura de uma sociedade e encarado em sua realidade linguística como um fenômeno verbal complexo.

Para Maingueneau (1997, p. 129), o estudo do léxico exerce um papel importante na Análise do Discurso, visto que as palavras ocupam um papel de destaque na consciência de seus locutores. Segundo o autor, “a identificação das formações discursivas passa frequentemente pela descoberta das palavras características, objetos de amor ou de ódio”. Sendo assim, um analista do discurso não deve ignorar, e nem tampouco rejeitar, a existência de um objeto de uniformização semântica, isto é, o dicionário, não devendo, no entanto, limitar-se ou contentar-se ao seu exclusivo uso.

Os autores de dicionários, por mais que se esforcem, não estão isentos da subjetividade ao elaborarem a obra, estando rendidos à visão de mundo que circunda a

sociedade e, com isso, ajudam na perpetuação de modelos culturais, políticos, sociais etc. Dessa forma, o dicionário pode e deve ser encarado como constitutivo da formação social, configurando relações sociais específicas entre seus sujeitos.

É através da comunicação interpessoal e das organizações sociais que a ideologia se constitui e também se atualiza, ou seja, ela é construída, organizada e também mudada pelo contato constante no qual os indivíduos socialmente organizados se encontram.

Poderíamos, por fim, caracterizar a ideologia como sendo um sistema de representação da sociedade e do mundo, que se constituem através das interações, contatos, trocas de experiências que se desenvolvem nos (e por) grupos sociais organizados. Ela se constitui, portanto, como elemento nuclear da orientação social em que estão inseridos os mais diversos indivíduos desse mundo.

3.2 A MULHER E A LÍNGUA

As pessoas que (re)produzem falas que contêm palavras cujo sentido, para uma parcela da sociedade, denigre a imagem do outro acabam sendo classificadas como, por exemplo, machistas, racistas, homofóbicas etc. (uma vez que nesses discursos estão termos marcados), mesmo que não notem que suas falas têm esses efeitos.

Em tese, sabemos que cada cultura enxerga a mulher de maneiras diferentes. Há, com isso, muitas visões estereotipadas sobre o sexo feminino, que pode ser visto através de muitas ópticas, variando até em função, por exemplo, de circunstâncias históricas, isto é, de condições que estimulam comportamentos e normas de conduta. Na maioria das culturas que conhecemos, a mulher é encarada como um ser subjugado ao homem.

Entendemos que a ideia que permeia o nosso consciente coletivo sobre o que é feminino e sobre o que é masculino foi construída a partir de antigos conceitos formulados com o intuito de explicar o mundo sob a perspectiva dos homens da época antiga. O problema reside, então, na perpetuação de tais conceitos, que pouco mudaram com o passar dos anos.

A invisibilidade da mulher na nossa sociedade ainda é muito forte. Podemos perceber a ocorrência desse fenômeno se pararmos para observar a quantidade de mulheres que ocupam, por exemplo, altos cargos no governo ou até mesmo os papéis sociais que elas ocupam: são “predestinadas” a cuidar da família e do lar.

Diferentemente do homem, cuja aparência física não é muito relevante nem bastante cultuada na nossa sociedade, a mulher carrega consigo o peso de sempre ser julgada pela sua aparência em detrimento da sua capacidade intelectual. Há sempre alguém para julgar, criticar ou dar sua opinião sobre como uma mulher se veste (ou deve se vestir), se maquia ou se comporta. O culto às aparências ainda é muito forte na nossa cultura.

Um exemplo disso foi o grande número de comentários gerado na internet, e até mesmo pelas ruas, sobre a aparência (o traje que estava usando) e comportamento da presidenta Dilma Rousseff no dia da posse do seu segundo mandato (1º de janeiro de 2015): as pessoas estavam mais preocupadas em falar do vestido que ela usava (fazendo até uma comparação da roupa com um acessório utilizado para cobrir botijão de gás; acessório, por sua vez, estigmatizado por ser usado pelas camadas mais pobres da sociedade) e do modo como ela andava (dizendo que era “muito masculina” ou “sem jeito”) do que sobre o seu discurso proferido na ocasião. Para ser mulher (“feminina”), é necessário, então, estar de acordo com o estabelecido coletivamente: ser meiga, carinhosa, estar sempre com acessórios que a caracterize como mulher (brincos, anéis, colares, pulseiras, batom, salto alto etc.).

Ser mulher implica ter julgada sua aparência, sua conduta sexual – é preciso que sejam “recatadas” para que não falem mal delas –, sua capacidade intelectual, seu comportamento, ou seja, tudo o que lhe diz respeito. A individualidade da mulher não é respeitada, é sempre assunto nas mesas de bares, nos jantares em família ou, não sendo pouco, em atividades relacionadas à igreja.

Vemos tudo isso como uma desvalorização dada à mulher, uma vez que consideramos tais estereótipos femininos uma desumanização da mulher, coisificando-a (como se fosse um objeto que tem que ser bonito fisicamente para ser admirado) em prol de uma beleza idealizada por uma sociedade predominantemente machista.

(...) o desafio atual consiste em desmontar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente as mulheres, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões que levam a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão. (BOFF, 2010, p. 19-20).

Se passarmos para o âmbito da língua, em especial a língua portuguesa, para entender o que, de maneira geral, é concebido como gênero, veremos que ele se caracteriza por ser um traço gramatical que se manifesta morfológicamente pela flexão e sintaticamente como marca de concordância na agrupação sintagmática (POZA, 2012). No caso do gênero na classe gramatical do substantivo, em algumas línguas, como é o caso do português, há apenas duas variações opostas: o masculino e o feminino. Diferentemente do adjetivo, cujo gênero é uma característica externa, ou seja, ele só será masculino ou feminino de acordo com o substantivo que irá caracterizar/acompanhar (tendo necessariamente que concordar com ele), o substantivo já tem seu gênero marcado previamente; um exemplo disto é que na maioria dos dicionários de língua que vemos por aí, o gênero do substantivo aparece nas entradas léxicas:

MAPA: **s.m.** (c1537-1583) 1 CART representação gráfica, em escala reduzida, da superfície total ou parcial da Terra, de uma região, da esfera celeste etc.; carta <m. do Brasil> <m. astronômico> <o m. de uma propriedade> 2 p.ext. diagrama, gráfico, quadro <m. estatístico> <m. de despesas> <o m. da fome no Brasil> □ m. astral ou astrológico ASTRL m.q. *horóscopo* ('diagrama') [...]

MAÇÃ: **s.f.** (sXIII) 1 ANGIOS o fruto da macieira 2 p.ana. objeto que tem ou lembra a forma desse fruto 2.1 m.q. *maçaneta* ('de uma sela') 3 bezoar ('pedra') encontrado no estômago do gado bovino e do jacaré [...]

(HOUAISS, 2009, grifo nosso)

É claro que apesar da regra geral, temos os casos “especiais”, como aqueles substantivos que, do ponto de vista morfológico, são invariáveis: estudante, colega, artista, docente, atleta etc. Neste caso, se torna necessária a marcação do gênero por um elemento introdutório, que, na maioria das vezes, é o artigo: o/a estudante, o/a artista, o/a colega, o/a governante, entre vários.

Ainda assim, veremos que apesar da existência de dois gêneros gramaticais na nossa língua, o masculino é o gênero não-marcado, considerado o “gênero-rei”; e nos casos de concordância de gêneros (garotos e garotas amados) o adjetivo aparece na forma masculina.

(...) Enfim, embora exista uma diferença de sentido entre uma palavra gramaticalmente assinalada como masculino ou feminino (malvado-malvada, um-uma) ou como singular e plural (jornal-jornais, o-os), temos o hábito de considerar uma só unidade de língua no masculino (se é o caso não marcado numa língua) e no singular quando o gênero e o número só se realizam na fala. Se o gênero e o número não dependem da fala, cada forma é uma unidade de língua. (REY-DEBOVE, 1984, p. 49)

Leitão (1988, p. 16) acredita que “embora tal posicionamento não inferiorize a mulher, prova sua invisibilidade, sua rejeição”, isto é, a caracterização do gênero masculino como o gênero-rei e a utilização deste gênero nos casos de concordância é um sinal da invisibilidade da mulher na língua e, conseqüentemente, na sociedade. O lugar da mulher dentro da língua se constitui, portanto, como o reflexo de seu lugar dentro da sociedade.

Hoje, no entanto, há uma movimentação a respeito dos usos linguísticos. Quanto aos usos genéricos da forma masculina, como é o caso de quando fazemos menção a uma nacionalidade, vemos o esforço de alguns grupos (estudantes, governantes, professores, feministas etc.) para utilizarem as formas masculinas e femininas concomitantemente (“brasileiros e brasileiras”, “queridos e queridas”). Outros grupos, entretanto, vistos como extremistas pela maioria da sociedade, abdicam da marcação de gênero, optando por, na escrita, utilizar a letra **X** como forma de estar se referindo tanto ao público feminino quanto ao público masculino (“vamos todxs”, “queridxs amigxs”).

Alguns linguistas, no entanto, acreditam que tais usos não são necessários:

Estas actitudes [proponer la enunciación simultánea de las formas del masculino y femenino cuando se habla en plural] representan complicar sin necesidad los mecanismos expresivos de la lengua, que se rigen precisamente por el impulso contrario, es decir, el principio de economía lingüística, o más sencillamente, la ley del mínimo esfuerzo. El hecho de que un sustantivo que en singular tiene una forma para cada género se enuncie en

masculino cuando se emplea en plural nada tiene que ver con el sexismo, sino con los principios estrictamente gramaticales que rigen nuestro idioma. (LÓPEZ NAVIA, 2008, p. 19 *apud* POZA, 2012, p. 70)

Para Poza (2012), também, o uso do plural apenas no masculino se configura como uma tentativa de conseguir um grande efeito comunicativo com pouco trabalho linguístico – aquilo que conhecemos por princípio da economia linguística.

Esse movimento de modificação na linguagem, entretanto, nos mostra que a busca por igualdade sexual vem crescendo e que a língua se constitui como uma das principais ferramentas para alcançar esse objetivo, uma vez que, como já bem disse Enerre (1998, p. 22), “a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o *arame farpado* mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”.

É possível ver já num estudo realizado por Carvalho (2001) a grande diferença entre os verbetes “homem” e “mulher” em vários dicionários. Com o estudo, a linguista pôde observar que no verbete “mulher” fica evidente a importância do aspecto da atividade sexual, de sua honradez, do seu papel social associado apenas à função de “mãe de família” etc., enquanto que no verbete “homem” qualidades como liderança, integridade, inteligência, coragem, maturidade etc. são destacadas. Em resumo, as definições de “mulher” possuem um sema negativo e/ou semas relacionados apenas com a atividade sexual (mulher pública, mulher da vida, mulher de rua) enquanto que as definições de “homem” têm semas positivos, ou seja, uma construção imagética positiva do homem.

Partindo do pressuposto que nós, seres humanos, somos seres adaptáveis, isto é, que buscamos, mesmo que inconscientemente, nos inserir, por exemplo, em um grupo social a partir de identificações, partilhando de características comuns, estamos sujeitos a uma infinidade de transformações políticas, sociais, culturais, tecnológicas etc. que nos empurram para um processo quase infinito de adaptação. Tal processo nos faz refletir sobre as mudanças que acontecem no mundo e como elas influenciam a vida da população.

Quando falamos em machismo, somos levados a imaginar seu oposto, o feminismo e todas as questões de gênero, pondo em oposição o homem e a mulher. O movimento feminista, como movimento marginal, minoritário, se caracteriza por uma militância e um

alto nível de consciência ideológica, em oposição à maioria “silenciosa”, penetrada por uma ideologia sexista e inconsciente.

Podemos observar, com isso, que as relações linguísticas podem nos revelar as desigualdades e mais outras questões que acontecem no mundo social. São as mudanças sociais, de um mundo real, exterior, que provocam as mudanças linguísticas.

As desigualdades entre os sexos são notoriamente vistas no uso da língua, seja pelos ditados populares, por regras gramaticais que, por exemplo, sobrepõem um gênero gramatical em detrimento do outro, seja por itens lexicais que designam alguma coisa com teor preconceituoso etc.

A linguagem é utilizada, assim, como um mecanismo de ressonância para os mais diversos pensares, seja seguindo alguns que dão força aos discursos hegemônicos, seja rompendo a barreira do óbvio para apresentar novas ideias que dão suporte às necessidades humanas, gerando espaço para a concepção e consolidação de discursos que estão à margem no cotidiano, como, por exemplo, as questões de gênero.

As formas linguísticas estão entre os elementos de combate que mais se destacam, na medida em que o movimento acredita (...) que reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais que são objeto de discriminação. (POSSENTI, 2009, p. 34)

A língua não é unicamente um sistema que “facilita” a comunicação, a interação. Ela também permite a mentira, a opressão, a censura, a brincadeira, a violência e/ou a verdade. As palavras, portanto, não são nem jamais serão neutras ou “inocentes”. Veremos isso tomar mais corpo no capítulo seguinte, quando estivermos analisando os verbetes.

4 ANÁLISE

Muitos admitem o dicionário como uma obra imparcial, reprodutora da língua “real”, em que o sujeito da enunciação é apagado e a impressão de neutralidade é bastante marcada. Devemos admitir, no entanto, que na estrutura dos verbetes estão as acepções/definições das palavras marcadas pelo pensar da sociedade num dado momento histórico e, sem dúvida, dos vários autores do dicionário. Isto é ainda mais visível nos verbetes que abordam questões em que os preconceitos são mais fixados, como os termos que contêm o sema sexo e raça, por exemplo, mostrando, então, claramente a ideologia dominante.

Fairclough (2001), teórico britânico, em seu livro *Discurso e Mudança Social*, afirma que a construção da realidade social está relacionada com alguns aspectos da análise de texto tais quais transitividade e tema, conectivos e argumentação e, mais relacionado ao nosso estudo aqui proposto, significado e criação das palavras.

Fairclough (2001) percebe o discurso como prática política e como prática ideológica. Com esta última, ele acredita que os significados do mundo se constituem, se modificam e se naturalizam pelo discurso a partir de posições diferentes nas relações de poder. Assim, para ele, o discurso não é somente individual, mas também uma prática social, sendo uma forma de agir e representar o mundo.

Para este teórico, a análise da dimensão textual pode ser feita a partir da observação de quatro elementos: a estrutura textual, a coesão, a gramática e o vocabulário – este último será nosso foco, uma vez que estaremos preocupados com as definições de palavras. Dessa forma, segundo Fairclough (2001), podem ser feitos três tipos de análise através do vocabulário:

- a) lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica;
- b) estudo das implicações políticas e ideológicas causadas por metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas;

c) foco nos sentidos das palavras e como tais sentidos entram em disputa na busca da dominação.

Sobre o significado das palavras, que é um dos elementos que nos interessa na análise, Fairclough (2001) considera que o falante quando produz uma sentença está diante de escolhas sobre como usar uma palavra ou como conseguir expressar um significado por meio dela. No momento em que esse falante passa para a função de ouvinte, isto é, aquele que vai interpretar o que foi dito, ele estará diante de decisões de como interpretar as escolhas que o falante fez – quais valores que foram atribuídos a elas.

Para este teórico, tais escolhas não pertencem puramente ao âmbito individual uma vez que os significados das palavras é uma questão que varia socialmente, “possuindo facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Acreditamos, então, que quando alguém seleciona palavras que considera neutras, há, nessas escolhas, uma fresta pela qual a posição ideológica passa. Não está, portanto, isento da sua posição, cuja neutralidade não existe.

Dessa maneira, consideramos que a linguagem, como entendida por Fairclough, tem um papel importante na organização e conservação da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros. O Brasil, por exemplo, é um país cuja grande parte da população é vítima da manipulação por grande parte de grupos de poder, sendo alguns deles a grande mídia, os grandes donos de bancos econômicos e donos de empreiteiras. Buscaremos ver, então, durante a nossa análise, como se configura essa conservação da hegemonia masculina em detrimento da minoria feminina a partir da observação, análise e discussão sobre os verbetes selecionados, a saber: *arrumadeira*, *babá*, *camareira*, *empregada*, *governanta*, *lavadeira* e *passadeira*.

4.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Se voltarmos às raízes do saber linguístico na Antiguidade, veremos que Aristóteles criou as “categorias de pensamento” (POZA, 2008), também conhecidas como “categorias aristotélicas”, que, para ele, classificam o que conhecemos sobre o mundo, isto é, estas categorias foram formuladas com o intuito de explicar e classificar o mundo real. Sendo

assim, percebemos que o substantivo (*onoma*), desde essa época, é considerado como o elemento portador de substância e como significante em si mesmo.

É através das palavras lexicais e do substantivo, em especial, que o léxico tende a alterar e ampliar o sistema da língua e é por ele também que um estado da língua primeiro se modifica, uma vez que tudo aquilo que é criação nova tem a necessidade de um nome novo.

O substantivo é, portanto, a categoria que nos possibilita a organização do mundo em classes, sejam elas de pessoas, objetos, qualidades etc. É esta classe a primeira a ser adquirida na aprendizagem natural da língua pelas crianças a partir do seu contato direto com o mundo. São o sentido e o substantivo, portanto, elementos fundamentais e imediatos na experiência humana com as línguas.

Sabemos que as palavras constantemente mudam de sentido e que, além disso, são disputadas e marcam posições culturais e/ou ideológicas. Lembremos, aqui, a modificação sofrida pela palavra “candidato”, cujo significado primário era aquele que se apresentava no Templo, em Roma, com uma túnica alva, símbolo da sua pureza (candura).

É por meio das palavras que, metaforicamente falando, podemos ter acesso às coisas. Os fatos e as coisas necessitam ser expressos, e é através da linguagem que isso acontece.

(...) O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de algumas palavras, talvez poucas centenas, que se encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes. (...) Na variedade padrão, então, são introduzidos conteúdos ideológicos, relativamente simples de manipular, já que as formas às quais estão associados ficam imobilizados favorecendo, assim, quase que uma comunicação entre grupos de iniciados que sabem qual é o referente conceitual de determinadas palavras, e assegurando que as grandes massas, apesar de familiarizadas com as formas das palavras, fiquem, na realidade, privadas do conteúdo associado”. (ENERRE, 1998, p. 20)

Assim, quem quer que seja curioso ou tenha interesse por questões relacionadas à ideologia, língua e cultura, logo nota que a semântica é um ponto essencial para que tais questões sejam compreendidas. Entendemos que o sentido semântico muda com a história

ou até quando mesmas palavras têm sentidos diferentes para grupos diferentes. Sendo assim, como método de seleção dos verbetes que aqui serão analisados, definimos o campo semântico “profissões”, composto essencialmente por substantivos. Para isso, seguimos as seguintes etapas para a realização da nossa análise:

1. Seleção dos dicionários utilizados para a coleta do *corpus*: Dicionário Aurélio (ano de 1986), Dicionário Aurélio (ano de 2010), Koogan-Houaiss (ano de 1997) e Dicionário Houaiss (ano de 2009).
2. Seleção dos verbetes, ligados ao campo semântico *profissões*, que constituem o nosso *corpus* de análise, em virtude de sua relevância, já apontada anteriormente.
3. Organização dos verbetes levantados de acordo com os dicionários a que pertencem e em ordem alfabética.
4. Análise dos verbetes levantados, produzidos pela linguagem lexicográfica, a fim de constatar a apreciação dos seus significados.

4.2 OS DICIONÁRIOS UTILIZADOS

Selecionamos, para a coleta do nosso *corpus*, quatro dicionários da língua portuguesa muito relevantes no Brasil. Tal relevância se deve por terem sido, e ainda serem até hoje, os dicionários de maior circulação no país, isto é, os mais vendidos e, conseqüentemente, os mais consultados. Além desse critério quantitativo, levamos em consideração a configuração da tipologia, dicionário padrão do tipo *thesaurus*, uma vez que tentam fazer um apanhado do léxico geral do português brasileiro, com exceção do Koogan-Houaiss, que procura abranger o que os autores do dicionário chamam de “léxico de base” do português, possuindo pouco mais de 35 mil verbetes.

Somando a estes fatos, optamos por edições diferentes de um mesmo dicionário (o Dicionário Houaiss é uma versão melhorada do Koogan-Houaiss, seu embrião; bem como o Dicionário Aurélio de 2010 é uma edição mais atual do antigo Aurélio de 1986) com o intuito de procurar observar se há diferenças (e quais, se houver) de significado de uma mesma palavra ao longo do tempo entre uma edição e outra, nos mostrando, assim, se o fazer lexicográfico busca atualizar os verbetes de forma que busque acompanhar as mudanças linguístico-históricas ligadas a cada um.

4.3 ANÁLISE DOS VERBETES

Notamos, ao longo da história, que a mulher, situada em uma sociedade altamente machista e patriarcal, se percebe no mundo como “outro” mediatizado pelo homem, sem que sua autonomia e identidade sejam asseguradas. São estas as razões (que até hoje lhes são negadas) que fazem com que o feminismo ande ganhando força na sociedade.

Hoje, o feminismo é visto como um movimento político-social, e até mesmo filosófico, que busca a igualdade de direitos civis entre homens e mulheres, a autonomia da mulher, a liberdade de padrões de gêneros opressores etc. A mulher, diante disso, virou um assunto culturalmente em destaque, principalmente no Brasil em que o movimento feminista vem ganhando vários adeptos e, conseqüentemente, vem crescendo no território, trazendo discussões pertinentes à sociedade a respeito da situação da mulher no país e no mundo.

Quando o assunto é linguístico, Carvalho (2001) nos diz que o gênero feminino quando aparece no dicionário tem razões especiais – jamais neutras ou positivas. O feminino só se torna uma nova entrada quando ele corresponder a um termo diferente do masculino, como no caso de boi/vaca e galo/galinha, ou caso adquira um sentido diferente, como cachorra, macaca etc. Além disso, os discursos das mulheres não foram, por muito tempo, considerados socialmente poderosos, não merecendo, então, muita atenção e reflexão sobre eles.

Um caso curioso que acontecia na língua espanhola há muito tempo atrás foi o uso do feminino em algumas palavras que indicam profissão para a designação do papel de esposa:

(...) en los usos lingüísticos de épocas pretéritas de la lengua española (en ambas orillas del océano), lógicamente motivados por determinados comportamientos sociales (e ideológicos), surgían formas femeninas creadas a partir del masculino, en no pocos casos semejantes a las que ahora se proponen por otros motivos, y que conllevaban una marcada *connotación ideológic-osocial*: ser la esposa de determinado individuo que detentaba una profesión/posición de poder en un microcosmos social. [...] Así, especialmente, como ya hemos dicho, en ambientes sociales ligados a un marcado carácter rural o periférico, la *médica* era la esposa del médico de esa ciudad, de ese pueblo; la *alcaldesa*, la mujer del alcalde de la localidad; la *capitana*, la esposa del capitán (de la Guardia Civil) del destacamento de una determinada ciudad; la *jueza*, la mujer del juez de un partido judicial concreto, y así sucesivamente. (POZA, 2012, p. 71, grifos do autor)

Vemos, nesse caso, que, naquela época, o papel da mulher era reduzido ao de esposa de um homem que cumpria uma função na/para a sociedade. Em tal época, a identidade da mulher é dada por meio do homem com quem ela tem um relacionamento. Podemos ir mais além e dizer que sua autonomia lhe foi negada, pois ela precisou cumprir o rígido papel que a sociedade da época lhe atribuiu: ser apenas a outra metade do homem. Sabemos, entretanto, que tal uso surgiu para suprir uma necessidade linguística, mas, com o passar do tempo, devido às mudanças sociais, tal emprego caiu em desuso, desapareceu, para dar lugar a outras funções – assim funciona a língua.

4.3.1 Os verbetes no Koogan-Houaiss e no Houaiss

4.3.1.1 Arrumadeira

Koogan-Houaiss	Houaiss
<i>adj.</i> Mulher cuidadosa na arrumação da casa. / <i>s.f. bras.</i> Criada encarregada da arrumação e limpeza da casa.	<i>s.f.</i> (1912) 1. <i>B</i> empregada encarregada da arrumação e limpeza de casa, escritório etc. 2. <i>P</i> em sala de espetáculos, empregada incumbida de indicar às pessoas os seus lugares.

Podemos iniciar nossa análise, seguindo a ordem alfabética dos verbetes levantados, partindo da observação do verbo “arrumadeira” em ambos os dicionários. Antes de tudo, é importante mencionar que, mesmo o masculino sendo o gênero que se constitui como a entrada dos verbetes nos dicionários, quando se trata de algumas profissões em especial, encontramos apenas o verbo no gênero feminino, como é o caso de “arrumadeira”, não havendo o seu equivalente masculino em ambos os dicionários.

O Koogan-Houaiss se refere à *arrumadeira*, na sua primeira acepção, como um adjetivo, qualificando-a como “mulher cuidadosa na arrumação da casa”. Na segunda definição, o dicionário nos informa, como sendo substantivo, que “arrumadeira” é “criada encarregada da arrumação e limpeza da casa”. Observamos, com isso, que ambas as definições relacionam a mulher apenas com os afazeres domésticos, incumbida de deixar a casa organizada a partir de um trabalho basicamente braçal.

O que nos chama a atenção na acepção do substantivo no Koogan-Houaiss é o fato de utilizar o termo “criada” para definir a entrada, uma vez que a criada era aquela mulher que trabalhava para alguém, ou melhor dizendo, seu senhor/sua senhora sem receber recompensa alguma por seu trabalho, isto é, sem receber salário ou coisa semelhante. Dessa forma, “arrumadeira” não se constituiria como uma profissão, mas mais como uma condição de quem realiza esse tipo de tarefa.

Já no dicionário Houaiss, “arrumadeira” não se configura como adjetivo, sendo apenas um substantivo feminino que indica “empregada encarregada da arrumação e limpeza de casa, escritório etc.”. Comparado ao Koogan-Houaiss, vemos uma grande diferença de significado no momento em que o dicionário opta por trazer o sema profissional à entrada, caracterizando-a como “empregada encarregada”, além de não limitar tal tarefa ao âmbito domiciliar, estendendo-o para um local de trabalho como o escritório, por exemplo, podendo haver outros lugares visto o “etc.” no final da descrição. Há também uma segunda acepção neste dicionário (um regionalismo de Portugal) “em sala de espetáculos, empregada incumbida de indicar às pessoas os seus lugares” que indica um ofício realizado fora do lugar-casa.

Por não haver tal substantivo no gênero masculino, nos faz pensar que tal ofício é destinado apenas a mulheres, isto é, configura-se como uma tarefa exclusiva do sexo feminino, embora hoje já haja uma pequena parcela de homens que realizam tal atividade, mas a denominação para eles não é de “arrumadeiro”, por exemplo; no máximo, denominam o homem como “auxiliar de serviços gerais”.

4.3.1.2 Babá

Koogan-Houaiss	Houaiss
<i>s.f. Bras. AMA-SECA.</i>	<i>s.f. (sXVI) B empregada doméstica que cuida de crianças; ama-seca, ama de leite.</i>

No que se refere a este verbete, no dicionário Koogan-Houaiss ele se configura como um substantivo feminino cuja única acepção, “ama-seca”, se refere a uma característica bastante comum ao sexo feminino: a mulher como provedora familiar, mesmo que no sentido de prover alimento (leite) para um filho que não é seu. Aqui, vê-se claramente a ligação da mulher com aspectos femininos na relação com o cuidado com a

família. Além disso, é importante salientar que “ama” é um termo histórico cuja origem tem forte ligação com o período da escravidão no Brasil, ou seja, as escravas eram as mulheres que tinham tal “função”.

Quanto ao dicionário Houaiss, o substantivo muda um pouco e, além de nos trazer o conceito de ama-seca e ama de leite, se refere a um trabalho realizado pela mulher relacionado ao aspecto familiar e do lar: “empregada doméstica que cuida de crianças; ama-seca, ama de leite”. Este verbete também não possui seu equivalente masculino em ambos os dicionários, marcando tal função como exercida exclusivamente pelas mulheres.

É claro que temos que levar em consideração, aqui, o aspecto biológico da mulher como provedora de leite, “função” que o homem, também por seu caráter biológico, não pode ter. Além disso, vemos a organização da nossa sociedade que, por motivos diversos, tem certo receio em deixar seus filhos aos cuidados de um homem com a função de babá.

4.3.1.3 Camareira

Koogan-Houaiss	Houaiss
<i>s. f.</i> Criada de quarto ou arrumadeira, nos hotéis. / Aquela que serve na câmara da rainha.	<i>s.f.</i> (sXV) 1. serviçal encarregada da manutenção dos aposentos de uma rainha, princesa ou outra mulher considerada importante, e de prestar a ela serviços pessoais 1.1 <i>p.ext.</i> criada de quarto que auxilia a patroa ou o patrão em seus cuidados pessoais 2. aquela que atende hóspedes, passageiros etc. em seus aposentos e cuida da arrumação destes 3. <i>B</i> em espetáculos teatrais,

	<i>shows, filmagens, gravações ou apresentações ao vivo de TV, profissional encarregada de organizar os figurinos, conservá-los em bom estado e auxiliar os artistas a vesti-los.</i>
--	---

As acepções deste verbete em ambos os dicionários nos remontam a um modelo de gestão que não existe no nosso país, a monarquia. A camareira é entendida nas acepções das obras como “aquela que serve na câmara da rainha” (Koogan-Houaiss) e como “serviçal encarregada da manutenção dos aposentos de uma rainha, princesa ou outra mulher considerada importante, e de prestar a ela serviços pessoais” (Houaiss), com a diferença de que o Houaiss estende a acepção para além dos serviços prestados para a rainha, incluindo que pode ser qualquer outra mulher considerada importante na sociedade.

De acordo com a segunda acepção do dicionário Houaiss, houve uma derivação por extensão de sentido que, dessa maneira, passou a considerar “camareira” como uma “criada de quarto que auxilia a patroa ou o patrão em seus cuidados pessoais”, se assemelhando à outra definição do Koogan-Houaiss de “criada de quarto ou arrumadeira”. O termo “criada” nos remete à discussão já feita anteriormente no caso do verbete “arrumadeira”.

Vemos, aqui, que mesmo com a diferença de tempo de uma edição para a outra, as acepções continuam praticamente as mesmas nesse verbete, contribuindo para perpetuação de tal definição ao mesmo tempo em que serve de memória para lembrarmos qual função era exercida, mesmo que hoje tal tarefa não seja realizada com esse sentido. É só na terceira acepção, no entanto, que o Houaiss nos traz uma definição mais “recente” do termo, ligada a uma atividade profissional, que é “aquela que atende hóspedes, passageiros etc. em seus aposentos e cuida da arrumação destes”. Parece-nos importante mencionar que o seu equivalente masculino está dicionarizado apenas na obra mais recente, o Houaiss.

4.3.1.4 Empregada

Koogan-Houaiss	Houaiss
<u>Não consta</u>	<i>s.f.</i> 1. mulher que ocupa qualquer emprego 2. <i>B</i> mulher que se emprega para serviços domésticos; criada.

É interessante iniciar a discussão dizendo que pensamos na palavra “empregada” para incluí-la no nosso *corpus* e quando realizamos o levantamento dele, vimos que no Koogan-Houaiss a entrada não constava, aparecendo, portanto, o seu equivalente masculino: “pessoa que exerce funções em estabelecimento público ou particular: *empregado de escritório. // Empregado doméstico*, o que recebe paga por trabalhos caseiros”. De maneira diferente, o Houaiss incluiu na obra o verbete “empregada”, definindo-o, logo na sua primeira acepção, como “mulher que ocupa qualquer emprego”, mesmo coexistindo no dicionário o seu equivalente masculino. É curioso, também, ver que o equivalente masculino, em ambos os dicionários, possui também a definição de empregado como aquele que realiza serviços domésticos, ou seja, atividades relacionadas com o cuidado com o lar. Entendemos, com isso, que uma tarefa que é vista como inteiramente ligada à mulher também pode e é desenvolvida por homens na nossa sociedade.

Além disso, percebemos, com isso, que o dicionário publicado no século XXI buscou adicionar a acepção de que a mulher que possui um emprego está empregada, ou seja, exerce uma função remunerada. Vemos, a partir daí, uma visão de mundo transformada, em que a mulher, hoje, pode ocupar (e ocupa) outros cargos (“qualquer emprego”, como a definição nos diz) que não sejam apenas ligados a um trabalho doméstico. A segunda acepção do verbete aparece para nos lembrar que, mesmo com essas pequenas mudanças nos paradigmas de modelos sociais, ainda utilizamos o termo “empregada” para nos referir àquela “mulher que se emprega para serviços domésticos; criada”. Observamos, portanto, uma grande mudança no que se refere à entrada do verbete

“empregada” no dicionário mais recente, além de sua definição que busca incluir a mulher em um papel social que muito antigamente não lhe era dado: o de ser uma profissional.

4.3.1.5 Governanta

Koogan-Houaiss	Houaiss
<i>s.f.</i> Mulher que, mediante remuneração, dirige uma casa, ou se encarrega da educação de uma ou mais crianças.	<i>s.f.</i> (1881) 1. mulher que administra uma casa alheia 2. mulher contratada numa casa de família para cuidar da educação de crianças.

Somente no verbete “governanta” é que encontramos, no Koogan-Houaiss, um aspecto relacionado à atividade profissional (remunerada) da mulher. Dentre os verbetes aqui analisados neste dicionário, este é o primeiro que nos fala de maneira clara que há remuneração pelo exercício realizado por alguém do sexo feminino. A mulher, aqui, continua intimamente ligada aos afazeres domésticos e, também, aos cuidados com a família, que no caso são as crianças da casa. Vejamos a definição: “Mulher que, mediante remuneração, dirige uma casa, ou se encarrega da educação de uma ou mais crianças”. A mulher, dessa maneira, cumpre aqui o papel social de mãe de família, prestando um serviço que se encerra no âmbito doméstico além de ter que educar/cuidar dos filhos de outras pessoas.

O mesmo pode ser dito do dicionário Houaiss que, em suas definições, praticamente se iguala ao Koogan-Houaiss: “1. Mulher que administra uma casa alheia. 2. Mulher contratada numa casa de família para cuidar da educação de crianças”. Observamos, portanto, que não houve mudança significativa na definição dicionarizada por ambas as obras. Buscamos observar o que este dicionário diria sobre o masculino de “governanta”; para isso, procuramos o verbete “mordomo” cuja definição é “indivíduo encarregado de administrar, em residência alheia, as tarefas domésticas cotidianas,

distribuindo-as entre os demais empregados”. O que nos chama a atenção é o fato de caracterizarem-no como um administrador, isto é, alguém que elabora a divisão das tarefas domésticas, mas não as exerce e, além disso, não lhe é atribuída a função de cuidar das crianças de uma casa, papel que poderia ser cumprido por ele sem problemas.

Notamos, com essa rápida comparação, que as profissões dicionarizadas no gênero feminino nos mostram essa íntima relação da mulher com os afazeres domésticos ou com o cuidado com a família (ou até mesmo com outra pessoa), deixando evidentes os estigmas que permeiam os discursos que circulam na nossa sociedade, fazendo com que as características de carinho, cuidado, zelo, tolerância etc. sejam exclusivamente ligadas às mulheres.

4.3.1.6 Lavadeira

Koogan-Houaiss	Houaiss
<i>s.f.</i> Mulher que lava roupa com as mãos; lavadeira. [...]	<i>s.f.</i> (1813) 1. mulher que tem por ofício a lavagem de roupas 2. nas fábricas de lanifícios, máquina us. na lavagem de lãs. 3. <i>fig. B infm.</i> mulher de origem humilde, de condição modesta (...).

A acepção dada pelo dicionário Koogan-Houaiss, de “mulher que lava roupa com as mãos” nos parece muito genérica, uma vez que qualquer mulher que lave ou já lavou roupa utilizando as próprias mãos poderia ser chamada de “lavadeira” atualmente. Constitui-se, mais uma vez, como um problema o fato de não legitimarem isso como um ofício, mas apenas afirmarem que se trata de uma pessoa que executa uma ação; consideramos, portanto, que sua significação se configura como incompleta, pois uma acepção voltada para o trabalho estaria mais de acordo com o que significa ser uma lavadeira hoje.

Já no dicionário Houaiss, o verbete inclui à acepção o sema de ofício: “mulher que tem por ofício a lavagem de roupas”. Percebemos, aqui, uma mudança no que se refere ao acrescentamento deste sema, ignorado pelo outro dicionário, e, conseqüentemente, uma mudança de como a sociedade hoje enxerga a lavadeira.

Não podemos deixar de comentar sobre a definição 3. do Houaiss (2009), que define “lavadeira” como uma mulher de origem humilde, isto é, a palavra pode ser usada para dizer que se trata de uma mulher pobre. Isto tem íntima relação com a atividade da lavadeira na nossa sociedade, executada em sua maioria por mulheres que não possuem muitas condições financeiras. Temos, aqui, uma imagem estigmatizada da mulher pela sua profissão.

Além disso, observamos que o masculino desta profissão aparece apenas no Houaiss (2009) com única definição, tratando, tal qual à acepção de “lavadeira” no mesmo dicionário, de um indivíduo que tem o ofício de lavar roupas. No masculino, não encontramos, no entanto, qualquer outra definição, principalmente uma que também tratasse sobre a “origem humilde” do homem que executa a tarefa de ser lavadeiro.

4.3.1.7 Passadeira

Koogan-Houaiss	Houaiss
s.f. Pessoa que passa a ferro as roupas de uso. / Estabelecimento onde as roupas são passadas a ferro por processo mecânico. [...]	[...] 6. B mulher cujo ofício é passar roupa; engomadeira 7. B máquina que faz esse trabalho

O Koogan-Houaiss segue o seu mesmo modelo usado em “lavadeira”, definindo a passadeira como “pessoa que passa a ferro as roupas de uso”. A única coisa diferente na significação do verbete é que o dicionário diz ao consulente que “passadeira” é uma

pessoa, isto é, é possível que seja tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, embora não tenhamos nos dois dicionários o equivalente masculino desta palavra.

Diferentemente da acepção dada por este dicionário mais antigo, entretanto, no Houaiss “passadeira” já é visto como um trabalho e, além disso, nos diz que é um ofício realizado por uma mulher: “mulher cujo ofício é passar roupa; engomadeira”, embora esta definição só apareça na sexta acepção. A primeira acepção, que se configura como sendo o significado básico de uma palavra, faz alusão a uma estrutura cuja função se assemelha a uma ponte (“alpondra”) e as outras acepções se referem a vários tipos de objeto, estando a função de passadeira deixada em último plano.

Vale salientar, ainda, que na sociedade brasileira, especialmente na região Nordeste, este ofício é realizado em conjunto com o de lavadeira. Quase sempre, a lavadeira é a mesma pessoa que passa a roupa – acumulando, assim, duas funções.

4.3.2 Os verbetes no Aurélio (1986) e no Aurélio (2010)

4.3.2.1 Arrumadeira

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
[De <i>arrumar</i> + <i>-(d)eira</i> .] Adj. (f.) 1. Diz-se da mulher zelosa na arrumação dos objetos e móveis da sua casa. ▫ <i>s.f.</i> 2. <i>Bras.</i> Criada incumbida da arrumação e limpeza da casa.	[De <i>arrumar</i> + <i>-deira</i>] S.f. 1. Mulher zelosa na arrumação dos objetos e móveis da sua casa. 2. <i>Bras.</i> Criada incumbida da arrumação e limpeza da casa.

Começamos nossa análise dos dicionários Aurélio (1986 e 2010) observando que as definições do verbete “arrumadeira” não foram mudadas. A única modificação que

percebemos, assim que comparamos os dois verbetes, é que a edição antiga considerava a primeira definição da palavra (“... mulher zelosa na arrumação dos objetos e móveis da sua casa”) como sendo da classe gramatical do adjetivo enquanto que na edição do ano de 2010 classificou como sendo um substantivo feminino.

Vemos que em ambos os dicionários as definições de “arrumadeira” são atribuições femininas relacionadas com o cuidado com a casa. O que nos chama a atenção, no entanto, é que mesmo na edição mais recente há a presença do termo “criada”, datado do século XIII, para definir o seu papel social. A nossa surpresa se dá pelo fato de que, hoje, a palavra “criada” caiu um pouco em desuso pelo valor pejorativo dado a ela, uma vez que este termo era bastante utilizado nos tempos da escravidão no país. Percebemos, assim, uma perpetuação da imagem servil da mulher, com uma função ainda ligada ao período difícil, sombrio e desumano que foi a escravidão. Ideologicamente, também se perpetua a ideia da mulher preocupada naturalmente pelos cuidados das tarefas domésticas.

Além disso, fica evidente nas definições, mais uma vez, a característica bastante marcada da mulher na sociedade: aquela única e inteiramente responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com o lar. Tal definição poderia ser modificada, uma vez que a função de uma arrumadeira pode estender-se à organização de outros ambientes que não apenas a casa de outrem, por exemplo.

4.3.2.2 Babá

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
[Palavra expressiva da líng. ingl.] <i>S.f.</i> 1. <i>ama-seca. 2. P. ext. V. ama-de-leite.</i>	[Voc. Express. da ling. inf.] <i>S.f.</i> Bras. 1. <i>ama-seca. 2. P. ext. V. ama de leite.</i>

Assim como aconteceu com o verbete “arrumadeira”, este verbete não sofreu modificações nas suas definições, nem sequer há diferenças na classe gramatical entre as

edições do dicionário, como ocorreu num das definições de “arrumadeira”. Do mesmo modo que no Koogan-Houaiss e no Houaiss, as duas edições do Aurélio trazem para a obra uma definição que relaciona a mulher a uma de suas características mais fortes na sociedade: o cuidado com a família (seja a sua, seja a alheia), não tendo para o dicionário outros sentidos que não apenas esses; o Houaiss, no entanto, nos trouxe uma outra definição de “babá”, classificando como um trabalho doméstico que envolve o cuidado com crianças. Consideramos, assim, que o Aurélio poderia e deveria acrescentar à edição do seu dicionário mais recente uma definição que incluísse, pelo menos, a função da mulher, assim como fez o Houaiss.

A permanência destas mesmas definições, sem qualquer alteração, nos revela uma falha do dicionarista em não acompanhar as mudanças de sentido que o termo sofreu ao longo desses anos. Esse fato nos mostra a sua desatualização e a sua falta de cuidado em estar atento à realidade dos dias atuais, colaborando ainda mais para a fixação de noções bastante antigas e que já foram mudadas já há algum tempo. Dessa forma, o Houaiss se apresenta como um dicionário mais atualizado, que buscou adicionar mais outra definição ao verbete, acompanhando, assim, os acréscimos de sentido que a palavra sofreu.

4.3.2.3 Camareira

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
<i>S. f.</i> 1. Mulher que servia na câmara da rainha, princesa, etc. 2. Arrumadeira de quartos em hotéis, navios de passageiros, etc.	[Fem. de camareiro] <i>S. f.</i> 1. Mulher que servia na câmara da rainha, princesa, etc. 2. Arrumadeira de quartos de hotéis, navios de passageiros, etc.

Neste verbete também não há mudanças de definições de uma edição para a outra. O único fator surpresa é que na edição do ano de 2010 há uma informação de que “camareira” constitui-se como o “feminino de camareiro”. Diferentemente dos outros

verbetes analisados até agora, “camareira” possui seu equivalente masculino. As definições que o Aurélio (2010) traz de “camareiro” são as seguintes:

1. Camarista. 2. Profissional que dá assistência aos intérpretes e participantes de um espetáculo teatral ou programa de televisão no que tange à utilização da roupa, cuidando ainda da guarda e conservação dessa roupa. 3. Empregado que atende o serviço dos quartos e os arruma (em hotéis, navios de passageiros, etc.).

Ora, por que temos na definição de “camareiro” que ele é um “empregado” e na definição de “camareira” que é uma “mulher” ou “arrumadeira”? Percebemos que, além de ter uma definição mais ampla do termo masculino, ser camareiro se constitui como uma profissão (“empregado que atende o serviço”), enquanto que ser camareira não tem o mesmo papel. Vemos, nessa comparação, a subalternidade da mulher, que é apenas alguém que cumpre tal atividade não caracterizada, na definição, como uma profissão. A atividade estende-se a ambientes que não o doméstico (“quartos de hotéis”, “navios de passageiros”), embora a função ainda esteja relacionada com organização e zelo de um local.

4.3.2.4 Empregada

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
[Fem. De <i>empregado</i> (4).] S. f. Bras. Criada de servir.	<u>Não consta.</u>

Aqui, temos um caso curioso: a presença da entrada léxica em apenas uma das edições do Aurélio. Na edição mais antiga, a palavra é vista como sendo o feminino de outra (“empregado”). Buscamos, então, a definição do verbete “empregado” e vimos que a definição número 4 é justamente a de “criado”, enquanto que as outras estão relacionadas à função de emprego: 1. *Que se empregou.* 2. *Usado, aplicado.* 3. *Aquele que exerce emprego ou função, funcionário.*

Acreditamos que a omissão da entrada na edição mais recente nos revela que o Aurélio optou por “apagar” uma função específica exercida pela mulher nos dias de hoje, além de, na edição mais antiga, nos apresentar uma concepção de “criada”, o que, como já comentamos, não implica uma atividade profissional ou remunerada, como nas outras definições que encontramos em “empregado”. Alguns teóricos responderiam a esta inquietação com o fator de economia linguística no dicionário. Mas que economia é essa que acontece apenas em alguns verbetes do dicionário, mas em outros (na sua maioria) não, como podemos ver em outros verbetes durante nossas análises?

É bom frisar que o mesmo aconteceu nos outros dicionários. A diferença é que na edição antiga, do Koogan-Houaiss, não havia a entrada “empregada” e na edição mais recente, o Houaiss, a entrada aparece. Já no Aurélio acontece o inverso: a edição de 1986 traz a palavra, mas a edição de 2010 retira a entrada da sua obra. Acreditamos, com isso, que a falta da entrada “empregada” na edição mais recente do Aurélio representa uma falha no fazer lexicográfico e um deslize no acompanhamento das mudanças sociais (a ocupação de espaços pelas mulheres) pelas quais estamos passando.

4.3.2.5 Governanta

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
<p><i>S.f. 1.</i> Mulher encarregada de administrar uma casa de outrem; ama. <i>2.</i> Mulher que se emprega em casa de família para educar crianças. [F. paral.: <i>governante</i> (q.v.).]</p>	<p>[Do fr. <i>gouvernante</i>. subst. do f. de <i>gouvernant</i>, part. pres. de <i>gouverner</i> (v. <i>gouvernar</i>).] <i>S.f. 1.</i> Mulher encarregada de administrar casa de outrem. <i>2.</i> Mulher que se emprega em casa de família para educar crianças.</p>

As definições, mais uma vez, não se alteram. Assim como os verbetes “governanta” analisados anteriormente dos outros dicionários, a mulher continua intimamente ligada aos

cuidados com a família (aqui, no caso, uma família que não a própria) e aos afazeres domésticos. A diferença, agora, se constitui no atributo de “emprego” encontrado nas definições (“mulher que se emprega”), além de que os termos utilizados na definição mudam: usa-se “administrar” em vez de “cuidar”. Isto mostra que se trata de uma atividade em que a mulher organiza as tarefas domésticas sem necessariamente executá-las, diferentemente de “arrumadeira” que tem que realizar uma tarefa doméstica.

A mudança no uso desses termos pode ser justificada talvez porque a mulher, no exercício de governanta, tenha apenas a função de organizar e mandar terceiros fazer as atividades relacionadas ao cuidado com o lar, não precisando, como dissemos anteriormente, executá-las; além de que para ser responsável pela educação de crianças supõe-se a necessidade de um maior nível de instrução (escolaridade) e, por isso, o reconhecimento desta atividade como uma profissão, que se supõe remunerada.

Percebemos, nesta definição, que quando a mulher não exerce a atividade, ficando só no nível da organização, esta é vista como uma profissional, enquanto aquelas funções que exigem um esforço, digamos, “braçal” não se configura como tal.

4.3.2.6 Lavadeira

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
S.f. 1. Mulher que lava roupa; lavadeira. 2. Máquina para lavagens de lãs nas fábricas de lanifícios. 3. Lavadora. 4. <i>Bras.</i> Lavadeira (2 e 3).	[De <i>lavar</i> + <i>-deira</i> .] S.f. 1. Mulher que lava roupa; lavadeira. 2. Máquina para lavagens de lãs nas fábricas de lanifícios. 3. Lavadora. 4. <i>Bras. Zool.</i> Lavadeira

Ambas as edições, como podemos ver acima, possuem a mesma definição. Bem como no Houaiss, consideramos uma definição muito vaga, uma vez que o dicionário não parece reconhecer tal palavra como uma atividade de trabalho, um ofício.

Parece-nos válido dizer que não há correspondente masculino deste verbete. A atividade, assim, estaria relacionada apenas à mulher, sendo somente ela incumbida, apta

ou capaz de realizá-la. Dentre os dicionários que analisamos, apenas o Houaiss traz em sua definição o sema de ofício.

4.3.2.7 Passadeira

Aurélio (1986)	Aurélio (2010)
[De <i>passar</i> + <i>-deira</i> .] /.../ 8. Bras. Mulher que passa roupa a ferro; engomadeira.	[De <i>passar</i> + <i>-deira</i> .] /.../ 8. Bras. Mulher que passa roupa a ferro; engomadeira.

Assim como ocorreu no Houaiss e no Koogan-Houaiss, as primeiras definições do Aurélio não se referem à atividade de passadeira, que é deixada em último plano, nas últimas definições (definição número 8). A importância, aqui, é dada aos objetos a que o nome se refere (“peça longa e estreita de tapete...”, “grande colher...”, “espécie de filtro” etc.).

Seguindo o mesmo modelo do verbete “passadeira”, o Aurélio atribui este trabalho à mulher, não havendo seu equivalente masculino, além de nos informar sobre o objeto usado para a realização da atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos a impressão de que todos os lexicólogos parecem admitir a chamada hipótese de Sapir-Whorf, segundo a qual o léxico de cada língua natural é uma maneira diferente de categorizar o mundo. Assim sendo, nós, brasileiros, categorizamos o mundo diferentemente dos árabes, uma vez que possuímos línguas diferentes. Dessa forma, assim que nascemos e crescemos já estamos recebendo um “código” totalmente pronto, inserido na cultura da qual participamos; por isso, inseridos numa determinada cultura estamos “fadados” a categorizar o mundo através dela. Tal concepção pensa a linguagem, também, a partir dos elementos externos que a constituem. Assim, cada língua, além de historicamente formada, é social e influencia, a seu modo, a forma como cada grupo social, distinto um do outro, concebe a realidade.

Consideramos, portanto, que a língua e cultura são elementos indissociáveis, que necessitam ser levados, juntos, em consideração num estudo como este a que nos propusemos a fazer. Língua e cultura compõem a identidade de um indivíduo e, por conseguinte, de um grupo social; elas identificam as pessoas como participantes de uma coletividade. Assim, num lugar desconhecido, por exemplo, somos subitamente levados a nos identificar com aqueles que possuem a mesma língua e cultura que a nossa – nos sentimos, de certo modo, “em casa”.

Sabemos, no entanto, que o sistema, tal qual o conhecemos, tem sua importância, uma vez que é necessário que haja algo “comum” a todos para que seja possível o entendimento e a comunicação entre si, mas sabemos também que a língua sofre o efeito do tempo, mudando em seus aspectos fonológicos, sintáticos, semânticos etc. Assim, a partir de uma evolução histórica, a língua organiza e classifica os signos de acordo com seu sistema classificatório semântico e formal.

O mundo, tal qual o concebemos, é construído em sua maior parte a partir dos nossos hábitos linguísticos. A palavra, por sua capacidade de transformar e revelar fatos da vida, gerou no ser humano a necessidade de representá-la materialmente, surgindo, assim, os alfabetos e as convenções gráficas para algumas línguas.

Na nossa sociedade fundamentalmente patriarcal, o trabalho feminino sempre foi secundarizado, pois as pessoas acreditavam, como muitas até hoje acreditam, que determinadas tarefas são uma extensão do lar e, portanto, estariam a cargo da mulher. Assim, atividades relacionadas com o cuidado com outras pessoas e ao ambiente doméstico, como a enfermagem e a docência (infantil), foram ficando com as mulheres enquanto cargos que demandam muita capacidade intelectual estavam ligados à natureza do homem – resquício este absolutamente de uma cultura machista. Um dos agravantes desse resquício é o fato de que as mulheres, quando ocupam cargo igual ao de um homem, acabam tendo menor remuneração, mostrando o caráter subalterno a que a mulher é submetida.

Estudar, portanto, o gênero, tanto gramatical quanto o natural, e seus valores simbólicos significa compreender como eles se configuram como indicador da persistência do conservadorismo e do machismo no funcionamento da língua. A forma como a identidade da mulher (quase sempre definida pelo seu pai ou marido) é referida na vida social, representa um indicador social e linguístico do domínio masculino na nossa cultura. Acreditamos que esse funcionamento não se limita apenas à língua portuguesa, ocorrendo também em outras línguas cujas culturas armazenam preconceitos nas palavras e expressões, refletidos, assim, no dicionário.

Com isso, nosso trabalho buscou estudar as mudanças (históricas) da imagem (profissional, antes de tudo) da mulher a partir das definições lexicográficas de dois dicionários do português brasileiro em diferentes anos de publicação, a fim de acompanhar (e perceber) se houve mudanças significativas no olhar sobre as palavras analisadas. Buscamos, assim, relacionar as mudanças e permanências das definições com os contextos históricos (os anos das edições dos dicionários), culturais e sociais.

Abandonamos, aqui, a ideia de que o dicionário é um objeto “portador” de significações cristalizadas, isto é, sem história. O dicionário é, portanto, uma obra em que constam palavras e sentidos social e historicamente construídos. Um exemplo disso é a atualização de dicionários que inserem palavras novas (neologismos) criadas a fim de acompanhar as inovações produzidas e as mudanças pelas quais a nossa realidade passa. O verbo “tuitar”, por exemplo, que foi criado devido ao grande uso de uma rede social da internet (o *Twitter*), foi incorporado pela última edição do dicionário Aurélio. Porém, no que se refere ao nosso assunto, o Aurélio não apresentou mudanças.

Percebemos, com isso, que os dicionários, categorizando a realidade que nos cerca, não estão desvinculados das práticas sociais, da história e da cultura da qual integra. O lexicógrafo, mesmo que tente, não estará isento de deixar evidências do seu lugar social e envolvimento ideológico em sua obra.

No primeiro capítulo do nosso trabalho e também no segundo, usamos as contribuições de Biderman (1984, 1998, 2001), Lorente (2004), Lara (2004) e Rey-Debove (1984) para o estudo do léxico e da lexicografia de modo geral. Para o terceiro capítulo e para a fase de análise, contamos com o apoio dos pressupostos de autores como Fiorin (1997) e Fairclough (2001).

De modo geral, os dicionários Houaiss tiveram as maiores mudanças de uma edição para outra nas definições. Já os dicionários Aurélio não apresentaram mudanças significativas nas suas definições, permanecendo em todos os seus verbetes com as mesmas definições. Esta ausência de modificações nos faz acreditar ainda mais que, de certa forma, os dicionários são instrumentos que contribuem para a manutenção de uma ideologia, perpetuando certos sentidos. Por mais que representem um momento social em alguns, e por que não dizer muitos, casos, os dicionários quando não atualizam as definições de seus verbetes deixam de acompanhar as mudanças históricas, culturais e sociais e, conseqüentemente, falham no fazer lexicográfico. Pensamos, pois, que a mudança, portanto, se configura como uma resposta às necessidades geradas por uma nova situação social.

No Aurélio, o verbete “arrumadeira” só apresentou mudança na classe gramatical da palavra, que passou de adjetivo para substantivo, ocorrendo o mesmo do Koogan-Houaiss para o Houaiss. Atentamos aqui para o fato de ser utilizada a palavra “criada”, termo, como já discutimos, depreciativo como sinônimo desse verbete e de outros como “camareira”, por exemplo.

Quanto ao termo babá, vemos a mudança de definição no dicionário Houaiss, que acrescenta o valor de “emprego”. Nas outras definições, são utilizados termos antigos como sinônimos (“ama-seca” e “ama de leite”), nos remetendo a uma tradução sinonímica, não havendo um desenvolvimento na explicação do que se trata a palavra.

“Camareira”, nas edições aqui analisadas, é o único verbete que traz na definição a informação de que o substantivo se constitui como sendo o feminino de outra palavra

(“camareiro”), cuja significação traz explícito o conceito de profissional, enquanto no seu feminino não percebemos isso.

Com o verbete “empregada”, algo curioso acontece: no Aurélio, o verbete aparece na entrada mais antiga, mas há a omissão da entrada na edição mais recente (2010). Configura-se, para nós, como um deslize no que se refere ao acompanhamento das mudanças sociais à que o dicionário está atrelado, sendo também uma falha no fazer lexicográfico. Na edição mais antiga do Houaiss (1997), o verbete não consta no dicionário, vindo aparecer na edição de 2009, coexistindo com o seu equivalente masculino, e que busca incluir na sua definição que se trata de uma mulher que pode exercer qualquer emprego, embora também conste a significação atrelada de um exercício ligado aos serviços domésticos.

Tanto no Aurélio quanto no Houaiss, vemos que o verbete “governanta” é o único dentre os analisados que nos mostra de maneira mais clara que se trata de um emprego. Repetimos, aqui, o que dissemos na análise, de que nos parece que quando a mulher não exerce algum “esforço físico”, ficando apenas no âmbito da organização (como é o caso de uma governanta), esta é vista como uma profissional pela sociedade e, sendo assim, esse reconhecimento é passado para a definição no dicionário.

Sobre o verbete “lavadeira”, podemos dizer que ele possui correspondente masculino (dicionarizado apenas no Houaiss), semelhante a alguns verbetes aqui analisados, e as definições encontradas não parecem configurar tal atividade como um ofício, à exceção da definição do Houaiss (2009).

No verbete “passadeira”, a significação a respeito da atividade de uma passadeira, nos dicionários usados, encontra-se apenas nas últimas definições. O Aurélio deixa claro que é uma atividade realizada por uma mulher enquanto que o Koogan e o Houaiss nos dizem que se trata de uma pessoa.

Concluimos, então, com a análise dos verbetes, que o papel social da mulher associado ao cuidado com a família e com a responsabilidade do cuidado com o lar é ainda muito forte e bastante presente na nossa sociedade. Mesmo com a diferença de pelo menos duas décadas entre as edições do mesmo dicionário (como é o caso dos Aurélio, 1986 e Aurélio, 2010), vemos pouca ou nenhuma mudança nas definições dessas profissões, o que

significa dizer, também, que a imagem e a concepção que o consciente coletivo tem sobre a mulher permanecem o mesmo, com pequenas alterações.

Notamos, assim, que a vida pública está para o homem, assim como o domínio privado (do lar, da família) está para a mulher. A quantidade de profissões de prestígio taxadas como masculinas é grande e estão restritas apenas aos homens, não existindo o cargo para a mulher, como é o caso de “peão” ou “arcebispo”, por exemplo. Já as profissões de prestígio ditas femininas são quase sempre relacionadas com o corpo (e a beleza): modelo, dançarina, atriz etc. Vemos, também, ainda hoje, a dificuldade que existe na formação do feminino nos nomes de profissão, como árbitro, soldado, coronel etc., revelando, dessa forma, que se destina(va)m majoritariamente à mulher as funções de mãe, esposa ou dona-de-casa.

Vemos, com isso, que na nossa sociedade ainda prevalece uma nem tão silenciosa divisão de profissões por gênero, causando surpresa e estranhamento quando uma mulher ocupa um cargo ou exerce um trabalho tipicamente masculino e vice-versa, quando um homem exerce um trabalho tipicamente feminino. Assim, confirmamos, por meio destas análises, que à mulher apenas cabe o estreito espaço de mobilidade de uma vida doméstica (incumbida de cuidar dos filhos, casa e/ou marido) que renuncie toda uma vida social que lhe é de direito.

Pudemos observar, além disso, dois aspectos principais nas definições lexicográficas aqui analisadas: o aspecto social, histórico e cultural das definições e o aspecto da mudança e, também, permanência do significado. Vimos também, ao longo da discussão, que o léxico se relaciona com as mais diferentes esferas da nossa realidade, seja com a sociedade, seja com a cultura, seja com a história ou com a política etc.

Este trabalho buscou articular a lexicologia, lexicografia e o estudo da ideologia com o intuito de observar o funcionamento do léxico nos dicionários relacionado com os decursos históricos de significação. Acreditamos que, com isso, tal estudo pode oferecer subsídios que contribuam para o conhecimento e compreensão do léxico e do dicionário como elementos indissociáveis do que entendemos por sociedade, história e cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. v. 6. p. 141-161.

ALVES, Ieda Maria. Conversando com estudiosos de lexicografia. In: XATARA, Claudia. BEVILACQUA, Cleci Regina. HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 67-72

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade*. 3 ed. São Paulo: Editora Plêiade, 1996.

_____. Considerações sobre a estrutura e função da obra lexicográfica: metodologia, tecnologia e condições de produção. In: *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Universidade Nova de Lisboa: 26 e 27 jun. 1990.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

BEZERRA, Antônio Ponciano. CORRÊA, Leda (orgs.). *Linguagem e História*. Aracaju: Editora UFS, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Dimensões da palavra. In *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998. Humanitas/FFLCH/USP.

_____. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça

(orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 3.

_____. A ciência da lexicografia. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (org.). *Alfa: revista de linguística*. São Paulo: UNESP, 1984.

BOFF, Leonardo. MURARO, Rose Marie. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BORBA, Francisco da Silva. O trabalho do dicionarista. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, Claudia. BEVILACQUA, Cleci Regina. HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-25.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABRÉ, M. Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editora Antártida/Empúries, 1993.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARVALHO, Nelly. (2001) *O dicionário fez o homem e a mulher*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/16/12.htm>> Acesso em: 9 nov. de 2014.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. *Princípios básicos de lexicologia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

CASARES, Julio. Semântica e lexicografia. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (org.). *Alfa: revista de linguística*. São Paulo: UNESP, 1984.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos e organização*. São Paulo: Contexto, 2012. 2 ed.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

COSERIU, Eugenio. *Teoría general del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Verbetes: um gênero além do dicionário. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ENERRE, M. *Linguagem escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1998. 2 ed.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que falamos, a língua que estudamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. v. 3.

_____; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. v. 6.

KATZ, Jerrold J. Teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

KATZ, Jerrold J.; FODOR, Jerry A. Estrutura de uma teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

KRIEGER, Maria da Graça. Da prática significante lexicográfica. In: *Revista Organon 23* – O texto em perspectiva. Porto Alegre, 1995. v. 3.

_____. Questões políticas. In: XATARA, Claudia. BEVILACQUA, Cleci Regina. HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 133-141.

KOOGAN, Abrahão; HOUAISS, Antonio. Koogan-Houaiss: enciclopédia e dicionário ilustrado. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1997.

LARA, Luis Fernando. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 3.

_____. Sociolingüística del diccionario del español de México. In: *Dimensiones de la lexicografía: a propósito del diccionario del español de México*. México: El Colegio de México, 1996. p. 107-131.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. *A mulher na língua do povo*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

LORENTE, Mercê. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 3.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averburg. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes Editora, 1997.

MARCURSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, Ligia; FOLTRAN, Maria José e OLIVEIRA, Roberta Pires (Orgs.). *Sentido e significação*: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 268-384.

NUNES, José Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem*: a palavra e a frase. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (orgs.). *Linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

POZA, José Alberto Miranda. Por qué no existe grado en el sustantivo (ni en español, ni en portugués). In: *Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008. p. 2760-2771.

_____. Gramática e ideología : la proliferación de formas femeninas en sustantivos de género común. In : *Revista (Con)Textos Linguísticos*. Vitória: 2012, v. 6, n. 6, p. 58-74.

REY-DEBOVE, Josette. Léxico e dicionário. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (org.). *Alfa*: revista de linguística. São Paulo: UNESP, 1984.

ROBIN, Régine. *História e Linguística*. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TAMBA, Irene. *A semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ULLMAN, Stephen. *Semântica*: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

_____. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, Claudia. BEVILACQUA, Cleci Regina. HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 103-113.

XATARA, Claudia. BEVILACQUA, Cleci Regina. HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes*. Paris : Petit Bibliothèque Payot, 1992.